

Piauí para o Bem Viver

Sueli e Osmarina Vivem!

PLANO DE GOVERNO

MADALENA NUNES - GOVERNADORA

CYNTIA FALCÃO - VICE GOVERNADORA



Federação PSOL - REDE

APRESENTAÇÃO

O Partido Socialismo e Liberdade se apresenta ao povo do Piauí nestas eleições de 2022 com uma proposta voltada para o Bem Viver. Essa decisão vem da compreensão de que é possível mudar a realidade Piauí; é possível superar a fome e gerar emprego, utilizar e, ao mesmo tempo, preservar os recursos naturais; estancar o processo de extermínio da população jovem, empobrecida e negra; interditar os assassinatos de mulheres e a entrega do patrimônio público para ampliar o lucro de empresas privadas e dos bancos.

Nosso programa expressa a análise construída no processo de construção das lutas cotidianas e de participação nos movimentos sociais populares por direitos e no combate a práticas antidemocráticas, na oposição ao avanço do fascismo e às reformas que encurtam os horizontes especialmente da juventude e da classe trabalhadora.

Nosso compromisso com o Bem Viver é também parte do processo de superação do colonialismo e do projeto de desenvolvimento capitalista que perpassam nosso processo histórico, criam hierarquias e processos de aniquilamento de vidas tidas como descartáveis diante dos interesses capitalista e ultraneoliberais.

Declaramos que o modo de produção do Estado, da sociedade e do governo deve ser transformado, que o Estado do Piauí precisa ser primeiramente para as pessoas piauienses, para a valorização de nossos territórios, de nossos modos de viver nas diferentes dimensões.

Nosso compromisso com o Bem Viver reúne os distintos aspectos da vida humana no Piauí e no Brasil, relacionados à produção da própria vida, os acordos convencionados nas práticas sociais cotidianas reconhecidas em leis e nas culturas compartilhadas pela diversidade de contextos que reúnem natureza e cultura, implicando em um modo de vida com suas singularidades ao tempo em que se unifica como caracteres de todo o povo piauiense e brasileiro.

Nessa proposta, a organização institucional se volta aos interesses de toda a sociedade com o compromisso de redução das desigualdades, promovendo especialmente aqueles e aquelas que foram alijados dos processos de participação e deliberação sobre importantes dilemas do povo. Outrossim, a produção material não se descola da produção dos elementos que compõem o patrimônio espiritual/imaterial representativo de nosso povo.

O PSOL/PI inspirado nos termos que o constituem- socialismo e liberdade- põe significação em suas propostas que buscam concretizar os elementos necessários à transformação da sociedade, sedimentados em duas perspectivas - ecossocialismo e bem viver - que se unem para a criação de um novo tipo de sociedade, que respeita costumes e tradições típicas de nosso povo e inclusão coletiva numa relação harmoniosa entre natureza e cultura. Essas perspectivas preocupam-se em construir um modus vivendi que reconhece como legítima a vida de todos os seres, estabelecendo uma relação de horizontalidade entre seres humanos e não humanos, utilizando-se da natureza, mas repondo aquilo que dela é subtraído. Destarte, a produção material da vida dos seres vivos não se opõe à existência material da natureza.



Piauí para o Bem Viver



EIXO 1 - RELAÇÃO ESTADO, SOCIEDADE E CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO: valorização dos(as) servidores(as) e dos serviços; participação, poder popular e radicalização da democracia.

O PSOL/PI compreende que o Estado deve estar a serviço prioritariamente dos grupos e das pessoas excluídas e marginalizadas. Para isso, é necessário reinventar a política, o estado e a democracia. Realizar esse desafio desde a própria estrutura do Estado requer a intensificação da participação popular, com a criação de estruturas e canais de participação e de controle social, pelos quais o povo possa orientar as decisões do governo e dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

O governo não pode impor freios à mobilização social, ao contrário, deve estimulá-la, acolher os movimentos sociais em suas estratégias de incidência, respeitando suas autonomia; contribuir para a construção do poder popular e de uma democracia emancipatória. Servidores(as) públicos(as) devem ser valorizados(as), com salários dignos, adequadas condições de trabalho e formação inicial e continuada para prestarem o melhor serviço e ajudar a construir uma esfera pública aberta, consciente e munida de conhecimento sobre a máquina pública e seu funcionamento.

Será necessário promover a máxima transparência possível sobre o funcionamento do estado, as receitas e as despesas públicas, os ritos processuais, o acesso aos serviços e aos bens materiais e simbólicos, utilizando-se dos instrumentos de comunicação oficial para informar a população sobre seus direitos e deveres. Nesta proposta, a educação escolar também deve contribuir para a formação cidadã. Por isso será uma escola cidadã. A transparência não será mera formalidade, exige decodificação das informações, permanente diálogo, desconcentração e descentralização do poder administrativo. Em outras palavras, a transparência aqui compreendida significa efetivo processo de comunicação e de democratização da informação. Para melhor entendimento de todas e de todos sobre as ações do Estado.

No governo do PSOL o povo e os movimentos sociais são aliados! O mandato será orientado por valores socialistas, por isso será necessariamente democrático e participativo!

1.1 ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

A participação no processo de elaboração do orçamento público é um desafio da democracia e da cidadania. Passa pela criação de instrumentos e estratégias que permitam a escuta ativa da sociedade, apontando as prioridades para a correta e justa aplicação dos recursos públicos.

Neste sentido, o PSOL assume compromisso com a radicalização da democracia, valorizando e dando efetividade aos mecanismos já previstos na Constituição Federal e do Estado do Piauí, com a realização de consultas públicas, de referendo, a realização do orçamento participativo, em toda a extensão do ciclo orçamentário (Plano Plurianual - PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO; e Lei do Orçamento Anual - LOA) e também em todas as fases do processo de promoção das políticas públicas, ou seja, na concepção, elaboração, implementação e avaliação.

No ano de 2007, foi aprovada, como resultado da mobilização e construção de incidência dos movimentos populares no Piauí e no Brasil, a Lei Complementar nº 87, que estabelece o Planejamento Participativo Territorial para o Desenvolvimento Territorial para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Piauí e dá outras providências. O processo previsto na Lei considera os territórios de desenvolvimento e apresenta procedimento para atuação na elaboração do Plano Plurianual. Contudo, esse processo precisa ser aperfeiçoado e ressignificado, porque o PPA é apenas um elemento do ciclo orçamentário, além disso, concentra a participação somente na definição de prioridades, sem incidência na definição da base estratégica, no processo de execução e de avaliação. Ou seja, faltam espaços permanentes de monitoramento, com a participação dos agentes públicos, falta diálogo público sobre as decisões e falta controle social efetivo. Essas defecções consituem a estratégia adotada pelo governo, funcionando como legitimação de decisões tomadas pelo alto.

Valorizamos a prática do controle social, como princípio da administração pública e da participação cidadã, por isso nos comprometemos com a transparência das informações, não apenas através da publicidade, mas também com a tradução de dados relacionados às decisões sobre a receita e a despesa que compõem as peças orçamentárias e os balanços do Estado, para que a população possa sentir-se convidada a entender como se processa a administração pública e influir em seu planejamento e rumos.

Comprometemo-nos com a valorização dos espaços de conselhos e fóruns de gestão das políticas públicas, promovendo a formação técnica e infraestrutura adequadas aos conselhos e conselheiros e, principalmente, respeito às deliberações e orientações.

Favoreceremos a visão integralizante e integrativa das políticas públicas na elaboração das peças orçamentárias, construindo a intersectorialidade das políticas, tanto em estratégias de atuação da equipe administrativa do governo, cujos membros deverão participar de audiências públicas territoriais periódicas, como parte da rotina de prestação de contas e (re)orientação das ações.

Entendemos que o planejamento orçamentário deve expressar o tipo e o modo de administração pública que se deve ter, com mais recursos nas atividades fins e investimentos progressivos nas ações de custeio para assegurar mais e melhores serviços e a valorização dos(as) trabalhadores(as) do serviço público.

NOSSOS COMPROMISSOS:

- A Criação do Conselho Popular do Piauí para o Bem Viver, responsável pela definição da base estratégica do planejamento do governo e definição das prioridades e das ações, projetos e programas que integrarão as leis do ciclo orçamentário;
- Descentralização e potencialização do gasto público do Piauí, realizando transferência redistributiva, que invista recursos na superação das maiores dificuldades e na geração de riqueza própria, com inversão das prioridades e radicalização da democracia;
- Implementação de um processo efetivo de participação popular-comunitário no orçamento, que envolva todo o ciclo orçamentário, desde o planejamento, à implementação e o controle; com permanente formação política e técnica, sobre educação e justiça orçamentária;
- Participação efetiva dos(as) trabalhadores(as) no serviço público, especialmente os(as) de carreira, na definição de prioridades de órgãos da administração indireta;
- Combate permanente à sonegação e à corrupção, melhorando a gestão e assegurando a valorizando do seu quadro funcional, visando a fiscalização e controle tributário;
- Adoção de um programa de transparência das contas públicas com acompanhamento público da execução orçamentária e das licitações.
- Criação de um Fórum da Justiça Tributária, com participação social e de profissionais de campos correlatos ao tema, para discutir sistematicamente sobre estratégias de incremento de recursos próprios;
- Ações destinadas à ampliação dos investimentos federais no Piauí, como contrapartida de recursos próprios;
- Revisão da política de gestão das parcerias com as Organizações Sociais, OSCIPS, Organizações Não Governamentais e parcerias público-privadas, sem conferir delegação exclusiva de atuação a essas instituições.
- Apresentação mensal de balanço das despesas do Estado no Portal da Transparência e material auxiliar, para facilitação da leitura e da compreensão pelas pessoas que não dispõem dos instrumentais técnicos.

1.2 GOVERNO DO POVO: DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA COMO ESTRATÉGIA DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO

O modo predominante como se organiza a administração pública é patrimonialista, autoritário e centralizador; afasta o governo da maior parte da população e em especial dos setores populares. Nossa proposta para o governo do Piauí contempla ações de descentralização e de desconcentração do poder, para que seja possível oxigenar o Estado, colocando-o próximo e a serviço dos grupos e pessoas que mais precisam.

Tem-se no Piauí um modelo de administração de natureza gerencial, orientado para resultados que, no Brasil, foi inaugurada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, seguindo o receituário neoliberal, como parte de um modelo internacional capitaneado por organismos financeiros multilaterais como o Banco Mundial. Uma de suas principais características é o culto à “excelência”, mas também ao produtivismo e ao incentivo a iniciativas individuais e ao empreendedorismo privado. Outra característica de destaque é a transferência de responsabilidades do setor público à iniciativa privada, por meio de Contratos de Gestão, de Parcerias, com Organizações Sociais de

Interesse Público (OSCIPs), Organizações Sociais (OS) e ONGs do terceiro setor, ou seja, instituições que são privadas mas, em tese, passam a realizar atividades de interesse público havendo, assim, a transferência de recursos e de responsabilidades do setor público ao mercado. O(a) sujeito(a) de direito passa a ser considerado “cliente” do estado; têm-se um estado com feições e operações de mercado.

Nesse contexto, a grande preocupação da administração é neutralizar conflitos e alcançar metas quantitativas, geralmente descomprometidas com a qualidade. Utiliza-se do discurso da transparência, da desburocratização, para disfarçar a privatização do público.

A descentralização deve situar o Estado mais perto dos diversos territórios, dos grupos sociais e das pessoas. Deve contribuir para a superação dos privilégios de grupos e setores da política e da economia, que têm acesso livre nos gabinetes do governador, do poder judiciário, legislativo, e nas secretarias de Estado, enquanto a maior parte da população não tem como apresentar as suas necessidades ao governo. O PSOL compreende que a autoridade deve ser regulada pelo poder popular.

No Piauí, sofremos com os efeitos das desigualdades regionais existentes no Brasil, porém essas desigualdades se reproduzem também no interior do Estado, fazendo com que um conjunto pequeno de municípios desfrutem da aplicação dos recursos e outra parte fique no esquecimento: Teresina e mais quatro municípios (Parnaíba, Uruçuí, Picos e Floriano) concentram 55% do PIB do Piauí (dados de 2019 do IBGE); a participação de Teresina no PIB representou no ano de 2019 41% do total do Estado. Enquanto isso, os 10 municípios do Piauí, pior situados economicamente, participam com somente 0,4% do PIB do Estado (Santo Antônio dos Milagres, Miguel Leão, São Luís do Piauí, Floresta do Piauí, Aroeira do Itaim, São Miguel da Baixa Grande, Olho D'Água do Piauí, Pedro Laurentino, Lagoinha do Piauí e Porto Alegre do Piauí).

O governo instituiu 12 Territórios de Desenvolvimento (Lei Complementar, a de nº 87, de 22/08/2007, orientada pelo Plano Nacional de Desenvolvimento das bacias dos rios São Francisco e Parnaíba - PLANAP): Carnaubais, Chapada das Mangabeiras, Chapada Vale do Rio Itaim, Cocais, Entre Rios, Planície Litorânea, Serra da Capivara, Tabuleiros do Alto Parnaíba, Vale do Rio Canindé, Vale do Guaribas, Vale dos Rios Piauí e Itaueira, Vale do Sambito. Porém, essa divisão privilegia basicamente as vocações econômicas e negligencia os bens não materiais e simbólicos, que não são rentáveis ao capital, ampliando as desigualdades e destruindo modos de vida. Situações como essas mostram que não temos no Piauí um governo para o conjunto do Piauí e exige que adotemos outra lógica de administração pública, na linha que o PSOL pretende atuar.

NOSSOS COMPROMISSOS:

- Criação das administrações regionais (as subgovernadorias) na estrutura de governo do Estado do Piauí, assegurando uma lógica de democracia ascendente, ou seja, da base para os espaços administrativos do governo;
- Criação do Conselho Popular de Governo do Estado do Piauí, com dinâmica tripartite (governo, movimento social organizado, perpetradores de serviços), com o objetivo de elaborar a base estratégica do governo e realizar o seu monitoramento;
- Valorização dos Conselhos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável com reuniões sistemáticas para prestação, avaliação, reprogramação e monitoramento das ações, efetivando, na prática o controle social;
- Afirmação da gestão pública dos recursos públicos, assegurando que os serviços e políticas estratégicas e prestadas como atividade fim seja realizados exclusivamente pelo Estado

- Criação do marco legal da participação do setor privado nas políticas públicas, com diretrizes, objetivos e metas precisas em relação ao controle dos serviços, tendo como principais referências a geração de emprego e renda, a contribuição para os cofres públicos e a qualidade dos serviços;
- Valorização da cultura local e por meio de uma lógica que valorize nossas potencialidades e capacidades de produzir riquezas e serviços, com garantia de infraestrutura para deslocamento, comunicação, acesso à água e energia, e de prestação de serviços de saúde e educação públicas, gratuitas e de qualidade.

1.3 GESTÃO PÚBLICA EM DIÁLOGO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A SOCIEDADE: O POVO DEVE DIZER A SUA PALAVRAS:

A legitimação de um governo se faz com a participação efetiva da sociedade, escutando e valorizando os diversos setores representativos de classes, gêneros e raça-etnia; criando canais para a incidência de setores historicamente marginalizados como os movimentos populares organizados em locais de moradia, em espaços populares de pertencimentos territoriais, em movimentos de mulheres, movimentos de trabalhadores(as), de juventudes, de crianças, de adolescentes, de jovens, de adultos, movimentos de afirmação das diversas identidades, tais como LGBTQIA+ e outros, que lutam contra opressões e exclusões.

O governo tem a obrigação de situar as suas decisões no interior de uma estrutura administrativa que se realize como um convite à participação; deve criar instâncias consultivas e deliberativas; deve promover oportunidades em que a sociedade compreenda o modo de ser e de se organizar do Estado e assim possa interagir diretamente com os seus governantes. Isto só se faz com incentivo à democracia direta e participativa.

Deve também estimular a compreensão sobre o que representa a totalidade das potencialidades e dos desafios existentes no estado do Piauí, desencorajando a disputa egoísta entre territórios e grupos pelos recursos públicos, sem sintonia com a universalidade dos problemas; assim será possível construir uma lógica de solidariedade na administração pública, baseada no conhecimento sobre as principais características do Estado, seus principais pontos fracos e pontos fortes; será possível racionalizar recursos e construir ações integradas.

O Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) em Educação do Estado do Piauí (SINTE-PI), representante da maior categoria de servidores(as) públicos do Estado (30 mil trabalhadores/as), foi obrigado a realizar uma greve de 127 dias, reivindicando o cumprimento da Lei Federal Nº 11.738/2008, Lei do Piso do Magistério, pela qual o reajuste do ano de 2022 foi fixado em 33,24%. Além disso, o Sindicato também reivindicava o pagamento de perdas salariais acumuladas (2019: 4,17%; 2020: 12,84%). O governo não atendeu as reivindicações e ainda acionou o Poder Judiciário contra a categoria determinando o fim da greve, sob pena de pagamento de multa diária de R\$ 10 mil reais. Como se não bastasse, o governo realizou desconto nos contracheques de professores(as), perseguições, retirada de profissionais de funções gratificadas, dentre outras medidas autoritárias denunciadas pelo Sindicato. Exemplos deste tipo demonstram que não há um governo a serviço das necessidades mais sentidas.

Essa mesma administração, tão dura com os(as) trabalhadores(as), é benevolente e oferta as melhores condições aos grandes empresários que exploram mão-de-obra barata e recursos naturais no Estado, seus executivos são muito bem recebidos nos gabinetes e contam com incentivos econômicos para a realização de suas atividades.

Nessa dinâmica de administrações, os governos buscam sua legitimação nos conchavos, apadrinhamentos e nos processos eleitorais construídos como espetáculos de marketing, enganação e falsas promessas. O poder econômico é determinante, definindo resultados eleitorais ilegítimos.

No Brasil e no Piauí há uma intensa crise de representação da política tradicional e das instituições públicas, com famílias inteiras indicando assegurando a participação de seus membros ou apaniguados nos cargos e funções, o que expressa a necessidade de partidos com firmeza ideológica e programática. Neste sentido, o PSOL se apresenta como alternativa, defendendo que o poder que vem das ruas, das lutas, das organizações, se apresente como instrumento para contribuir com a democratização do poder e politização da política.

Por isso, em um governo do PSOL as instituições apodrecidas e vazias de representatividade devem ser desmanteladas, refundadas, recriadas, para que correspondam à vontade popular. Devem ser criados mecanismos de democracia direta, que permitam ao povo tomar a política e a economia em suas próprias mãos, para colocá-las a serviço dos interesses da maioria. Compreendemos que a revogabilidade dos mandatos dos políticos é um instrumento fundamental na construção de uma viva e participativa democracia.

NOSSOS COMPROMISSOS:

- Criação de mesa de diálogo permanente com organizações representativas de categorias de servidores(as) públicas do Piauí, em substituição às estratégias de negociação, apadrinhamento e clientelismo;
- Estabelecimento de relação respeitosa com as organizações da sociedade, considerando as suas autonomias;
- Defesa de uma reforma política real, que supere a ideia de política como um grande negócio ou como uma herança submetida a relações de parentesco e compadrio e mandatos como coisas a serem compradas;
- Fortalecimento dos conselhos e fóruns de gestão das políticas públicas, com adoção de instrumentos de fiscalização e combate sistemático e implacável à corrupção por meio de uma cultura de fiscalização e controle social popular;
- Construção de canais de discussão e de controle da prestação dos serviços, pelos grupos de base em suas assembleias populares, com autonomia para avaliar o governo e os serviços públicos, analisar os balancetes e balanços das contas públicas, bem como apontar prioridades para a realização de obras de infra-estrutura, com o apoio da assistência técnica de órgãos e dos meios e espaços de comunicação oficiais do Estado, fazendo com que as informações sejam difundidas de modo acessível à todas as pessoas, como um direito da cidadania;

- Fundação de uma nova governabilidade, baseada no poder popular, estancando os acordos espúrios e as relações de “toma-lá-, dá-cá” que envolvem a Assembleia Legislativa, com a compra de parlamentares em troca de apoio às medidas do governo;
- Realização de discussão ampliada sobre o modo como se fazem as indicação de membros ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí, tendo em vista a qualificação da atuação da instituição;
- Realização de constantes e freqüentes debates com a sociedade, servidores e estudiosos das diversas áreas que implicam as políticas sociais e econômicas, em Conferências Estaduais Temáticas para subsidiar as ações;
- Criação de conselhos populares de fiscalização de obras e serviços públicos nas regiões do Estado.

1.4 VALORIZAÇÃO DOS(AS) SERVIDORES(AS) PARA A PRESTAÇÃO E MAIS E MELHORES SERVIÇOS

O Estado e a sociedade se movimentam através do trabalho e das energias dos(as) trabalhadores/(as), pois é pelo trabalho que se cria a existência. Porém, na sociedade capitalista o trabalho fica cada vez mais submetido às relações de exploração e alienação, porque é transformado em mercadoria. Assim, o trabalho deixa de ser princípio criador e educativo da vida, para tornar-se objeto de produção de lucro, de geração e de manutenção das desigualdades sociais, políticas, econômicas e culturais.

De acordo com informações veiculados pelo governo, no Piauí há cerca de 90 mil servidores(as) públicos(as), incluindo aposentados(as).

De acordo com cálculos do DIEESE, o salário mínimo no país, no mês de maio de 2022, deveria ser de R\$ 6.527,67 (seis mil, quinhentos e vinte e sete reais e sessenta e sete centavos); , quantia necessária para manter um família de quatro pessoas, considerando os preços dos itens da cesta básica. Segundo dados do IBGE, os(as) trabalhadores(as) piauienses tiveram os menores rendimentos do país no ano de 2021, com ganhos mensais médios de R\$ 1.483,00. A média de renda do Piauí estava 66% abaixo da média do Brasil (R\$ R\$ 2.476). No mesmo ano, o Piauí também tinha o maior percentual de domicílios do país recebendo bolsa família: 25, 8% (169 mil residências). Entre 2020 e 2021 aumentou em 58,2% a proporção de domicílio no Piauí recebendo Bolsa família (16,3% para 25,8%).

Pela compreensão do PSOL todos os(as) trabalhadores(as) são servidores(as) do Estado, pois colocam suas energias na movimentação para a produção de serviços e de bens necessários. O Estado deve regular e controlar as relações de trabalho, tanto dos seus servidores diretos, como dos trabalhadores da iniciativa privada, para que os direitos trabalhistas estejam sintonizados com os direitos humanos e da natureza.

Ao invés disso, o que o estado brasileiro e no Piauí vêm realizando é um conjunto de reformas para ajustar-se aos interesses neoliberais, voltadas à acumulação flexível para aumentar a produção de riquezas, cada vez mais exigidas pela iniciativa privada. Assim, o Estado abre mão se ser controlador e indutor da economia e repassa essa responsabilidade à iniciativa privada, afrouxa e até mesmo retira as regras de proteção ao trabalho e aos(às) trabalhadores(as).

O capitalismo só existe em meio a crises, que são ocasionadas por desencontros entre a oferta e a procura, desajustes nas taxas e expectativas de lucros. A ideologia neoliberal responsabiliza o Estado pelas crises e exige que este destine recursos para salvar bancos, em forma de transferência direta de recursos às empresas, de incentivos fiscais e de evasão de receita. Assim, cada vez mais o Estado fica sem condições de manter a estrutura de suas instituições e a qualidade de seus serviços. Esse quadro tem servido para justificar as privatizações e a adoção de parcerias público-privadas. Outra consequência é a escassez de concurso público, que se deve à insuficiência de recursos para pagamento de pessoal, com limite estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal e rigidamente cumprido; tudo isso acompanhado do discurso que o Estado não tem competência para prestar serviços de qualidade e que estes devem ser transferidos à iniciativa privada que é mais qualificada.

Contudo, caso o estado deixe de fazer a prestação de serviços essenciais como o de saúde, educação, assistência social, transporte e outros, a vida de grande parte da população que não tem como pagar a mensalidade escolar, o atendimento médico, o transporte, a urna funerária, só para citar alguns exemplos, está comprometida.

Além da Emenda Constitucional nº 95, que impõe teto para os investimentos sociais por um período de por 20 anos, ou seja, menos recursos na educação, na saúde, na assistência, na cultura e noutros setores sociais, têm a reforma da previdência, a reforma trabalhista e a lei das terceirizações, que aumenta o tempo e impõe mais dificuldades à aposentadoria do(a) trabalhador(a), dá mais poder aos patrões da iniciativa privada nas negociações sobre salários e condições de trabalho; admite que o(a) trabalhador(a) seja contratado(a) e fique aguardando o momento em que a empresa precisar de seu trabalho (trabalho intermitente); permite que o Estado abra mão de fazer concurso público para trabalhadores permanentes e faça contratações precárias, de curto prazo, sem pagamento de férias, 13% salário e que contrate empresas para fornecer mão de obra, criando uma categoria que presta serviço público, mas não é servidora pública, não usufrui dos direitos previstos no estatuto do servidor e não tem a quem recorrer para cobrar seus direitos, porque seu patrão é um ser incerto.

No Piauí, o governo Wellington Dias gozou de índice de popularidade confortável durante os seus mandatos, porém desta não se utilizou para realizar medidas contra-hegemônicas, ao invés disso, seguiu a corrente neoliberal e até se antecipou a algumas ações adotadas pelo governo central, como foi o caso das reforma da previdência e da lei do teto dos gastos.

Atuou permanentemente na acomodação de forças e agentes políticos aliados e de setores adversários, numa postura de cooptação generalizada. Não adotou medidas para transformar a estrutura arcaica, patrimonialista, autoritária da máquina pública, não adotou mecanismos de ampliação da participação popular, ao contrário, os conselhos e as conferências estão esvaziadas; a transparente é somente uma formalidade.

Durante o seu governo extinguiu órgãos estratégicos e criou outros, sem diálogo com a população, orientando totalmente a gestão para o que se denomina gestão por resultados, geralmente descolados da quantidade e qualidade dos serviços. A reforma administrativa do Piauí, realizada no ano de 2019, extinguiu a Coordenadoria de Fomento ao Saneamento Rural; a Coordenadoria do Programa de Combate à Pobreza Rural; a Coordenadoria do Programa de Apoio à Piscicultura; a Coordenadoria do Desenvolvimento Social e Lazer; Coordenadoria do Programa de Gestão de

Recursos Hídricos; Coordenadoria do Programa Mais Vida com Cidadania para o Idoso; a Secretaria do Trabalho e Emprego; o Instituto Superior Antonino Freire; a perda de autonomia da Fundação CEPRO. Essas medidas então relacionadas a assuntos que perdem importância na base estratégica do governo, deixa de ter equipe de trabalho própria, recursos diretamente destinados e passa a integrar secretarias ou outros órgãos em situação de subordinação.

Além disso, perdoou dívidas e irregularidades acumuladas por tais órgãos em razão de irresponsabilidades gerenciais praticadas por gestores do passado que são os novos aliados do presente. Também criou novos órgãos, e com eles as condições para abrigar alguns desses aliados políticos em cargos conhecidos como “cargos de confiança”. O PSOL compreende que a política do cargo de confiança representa uma imoralidade na gestão pública do Estado. Eles asseguram que a máquina pública seja gerida como propriedade privada de governantes – ao invés da confiança emanar do público, ela vem do gestor que passa a ter fiéis escudeiros para os seus mandos e desmandos. Nesse contexto temos assistido denúncias de irregularidade na aplicação dos recursos públicos, a exemplo, da mais recente envolvendo o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos (PROAJA).

Está em tramitação a PEC 32, sobre a reforma administrativa; se aprovada será a maior reforma na constituição brasileira, alterando estruturalmente para pior a estrutura administrativa do Estado. O discurso oficial diz que é para acabar com privilégios; porém, trata-se de uma falácia, afirma que irá “economizar” R\$ 500 bilhões em 10 anos, quando, de acordo com os dados da Auditoria Cidadã da Dívida, somente no ano de 2021 o gasto com juro e amortização da dívida pública, nunca auditada, previsto no projeto de lei orçamentária, ficou em 2,2 trilhões, ou seja, 4,4 vezes o valor da economia pretendida. A PEC 32 nada propõe para corrigir as distorções salariais existentes entre a base dos servidores e os altos postos do poder judiciário e das carreiras militares, por exemplo. Assim, os servidores ficam cada vez mais sobrecarregados e explorados; a ADCESP, por exemplo, denuncia que servidores(as) da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) estão há 7 anos sem reposição salarial e sequer reposição da inflação, acumulando uma carga de trabalho crescente, cada vez mais adoecidos(as), situação agravada com a pandemia.

Pelo que está previsto na PEC 32 os vínculos ficam ainda mais precários, sem concurso, a privatização disfarçada será ampliada, haverá a extinção de carreiras, diminuirá a prestação dos serviços, haverá a ampliação da cobrança de taxa pela prestação dos serviços.

Nesse contexto, o direito à sindicalização fica ainda mais esgarçado, negado, em risco; os sindicatos, as pessoas sindicalizadas e os instrumentos de luta, a exemplo das greves, estão sendo criminalizadas, criando um desamparo cada vez maior dos(os) servidores e dos direitos.

Diante disso o PSOL afirma que os(as) usuários(as) do serviço público têm direito a adequada e qualificada prestação dos serviços; têm direito de participar e acompanhar a prestação desses serviços que devem ser prestados por profissionais qualificados(as) e valorizados(as).

NOSSOS COMPROMISSOS:

- Posicionamento do governo favorável a revogação das medidas destruidoras dos serviços públicos e de desvalorização dos(as) servidores(as), tais como a reforma da previdência, a reforma trabalhista, as terceirizações, a Emenda Constitucional nº 95 (do teto dos gastos) e contrária a aprovação da PEC nº 32 (da reforma administrativa);
- Organização da prestação de serviço público no estado do Piauí com rotinas e procedimentos divulgados e cumpridos, livre de cobrança de taxa e humanizado;
- Dotação das repartições públicas com equipamentos de trabalho adequados e condições salubres de uso;
- Criação do sistema de atendimento multidisciplinar para assistência permanente à saúde física e mental dos(as) trabalhadores(as);
- Formação continuada, permanente e sistemática dos(as) servidores(as), prevista na carga-horária de trabalho, com conteúdos técnicos específicos relacionados aos respectivos postos de trabalho e conteúdos de formação humana e cidadã;
- Produção e disseminação de informação sobre a localização da prestação dos serviços, documentação exigida para acessar a esses serviços, conduta dos servidores e rito processual existente;
- Controle interno, através de Grupo de Trabalho, livre de ameaças e perseguições, sobre a prestação do serviço público, integrado ao sistema de ouvidoria e de avaliação permanente dos próprios servidores;
- Realização de concurso público para recomposição da defasagem nos serviços e ampliação dos atendimentos, com a devida qualidade;
- Reposição sistemática das perdas salariais, mediante revisão das prioridades e na relação direta com o incremento das receitas do Estado e melhoria dos salários;
- Afirmação do direito e da liberdade de organização sindical, independente do estado e dos patrões, com canais permanentes e sistemáticos de diálogo e de negociação com a administração pública do Piauí;
- Nas nomeações de funções de gestão administrativas priorizar funcionários de carreira dos respectivos órgãos;
- Ampliação progressiva dos investimentos públicos, articulada a uma reforma tributária que cobre mais de quem pode pagar mais na exploração do trabalho e por benefícios do mercado financeiro;
- Recuperação das instituições que foram sucateadas e tiveram as suas funções subtraídas sobre maneira no que concerne ao interesse público, as exemplo do antigo IAPEP.

1.5 PREVIDÊNCIA PÚBLICA E DIREITO À APOSENTADORIA

Dentre as medidas neoliberais adotadas pelo governo brasileiro está a reforma da previdência, que vem sendo realizada de modo parcelado, impondo a perda de grande parte do direito à aposentadoria(a) dos trabalhadores(as). Vale salientar que na Constituição Federal de 1988 foi aprovado o sistema de Seguridade Social, formado pela saúde, assistência e previdência, baseada na lógica da solidariedade social, que vem sendo desmantelada pelos sucessivos governos, inclusive do Partido dos Trabalhadores.

Passadas as sucessivas reformas, atualmente está estabelecida para a aposentadoria a idade mínima de 60 anos para o segurado especial do INSS de risco baixo, 58 anos para o de risco médio e 55 anos para o de risco alto. No estado do Piauí, segundo informações do governo, o número de pessoas tidas como inativas é de 45 mil pessoas, maior que os da ativa (40 mil), havendo, ainda, cerca de 5 mil aptos a aposentar-se.

A reforma trabalhista aliada à reforma da previdência representam uma das maiores violências do governo e do setor financeiro contra os(as) trabalhadores(as) e empobrecidos(as); pois a situação de desemprego e de pobreza crescente impactam diretamente na previdência, considerando que o sistema previdenciário é contributivo; isto evidencia também o quão nefastas foram as medidas de restrição de investimentos, como a EC 95 e outros mecanismos de proteção social, a exemplo dos que foram extintos com a reforma trabalhista.

Através da Emenda Constitucional nº 54, aprovada, em regime de urgência solicitado pelo próprio governo Wellington Dias, nos últimos dias antes do recesso de dezembro de 2019, alterou o regime de previdência no Piauí, com apoio de 24 dos 30 deputados, aumentando o valor da alíquota de contribuição (variando de 11% a 14%), inclusive para aposentados(as); valendo salientar que os 14% incide sobre salários acima de 3 mil reais, um teto bastante baixo, considerando o poder aquisitivo. O governo Wellington Dias adiantou-se ao prazo estabelecido na regra aprovada pelo governo federal, cujo prazo para ajustar-se era julho de 2020, tendo sido adiado até dezembro de 2021, quando poderia ter estabelecido discussão com as categorias de trabalhadores(as) e a sociedade em geral, ampliado as condições de conhecimento sobre esse quadro grave, ao mesmo tempo buscando saídas menos danosas. A ação foi seguida, de acordo com dados do Tribunal de Contas do Estado (TCE), por 53 municípios do estado, que contam com regimes próprios de previdência.

Desde 2012 o governo Wellington Dias tomou uma série de medidas que reconfiguraram a previdência no Estado: a) a Lei 6.292/2012 que segregou os servidores em dois grupos: colocou no grupo 1 os militares e civis, admitidos até 15/07/2004, incluindo dependentes e pensionistas (massa falida); e no grupo 2, militares e civis vivos admitidos após 15/07/2004. Essa medida abriu portas para a criação de artifícios de transferência de recursos a iniciativa privada. No ano de 2019 foi fixado o teto R\$ 5.839,45 e ao mesmo tempo o governo criou a possibilidade de o(a) servidor(a) aderir à Previdência Complementar, ação articulada à celebração de convênio com a Fundação PrevNordeste, uma fundação pública, de direito privado. b) No mês de maio de 2015 transferiu a gestão do IAPEP à Secretaria de Administração. Vale salientar no que ano seguinte, 2016, foi aprovada a Lei 6.776/2016 que fixou o quadro de pessoal efetivo na administração pública, abrindo espaço às terceirizações e travando a realização de concursos; c) no mesmo ano aprovou a Lei 6.776/2016 assegurando a desafetação de bens móveis e imóveis do Piauí, bem como a sua dívida ativa, e os vinculando ao Fundo de Previdência Social do Piauí. Com isso forjou-se uma situação ilusória de capitalização do fundo previdenciário, porém, na prática se criou uma situação de vulnerabilidade no patrimônio público do Estado, tornando a população mais pobre, pois parte de seu patrimônio passou a fazer parte de um fundo específico, vinculado somente aos servidores da administração pública. d) Com a Lei. 6.910/2016, o governo novamente alterou a estrutura administrativa, criando a Fundação Piauí Previdência, com quadro próprio de comissionados; além disso autorizou a Fundação a locar (alugar) os imóveis desafetados pela Lei 6.776/2016, como mecanismos de capitalização do Fundo. Ou seja, o governo, se utilizou do patrimônio público para regularizar a ilegalidade praticada por sucessivos governos que arrecadaram dinheiro do servidor, a título de pagamento da previdência e não transferiram esses recursos ao fundo de previdência. Essa situação precisa ser analisada em profundidade.

Na proposta de reforma da previdência de 2019, que alterou a alíquota cobrada, o governo do Piauí atingiu cerca de 90 mil servidores (ativos e aposentados/as), com o argumento que seria necessário para cobrir o déficit que, segundo ele, era de R\$ 200 milhões ao ano. Certo é que pouco se sabe sobre a previdência pública no Piauí, sobre a política dos cálculos atuariais, sobre como se formou o déficit informado pelo governo e sobre quais as chances reais de todos(as) os(as) servidores(as) terem acesso a aposentadoria, sem falar nas constantes reformas frequentemente impostas que os distanciam. A situação se agrava quando não se tem um governo confiável, que coloque a defesa dos direitos dos(as) trabalhadores(as) acima dos interesses especulativos do mercado e dos bancos. Essa falta de confiança faz com que os(as) servidores(as) busquem a aposentadoria cada vez mais cedo; sem que haja concurso para recomposição das vagas abertas, a tendência é que o déficit cresça, por falta de ingressos de novos recursos no fundo, comprometendo o futuro de quem está na ativa.

NOSSOS COMPROMISSOS:

- Abertura da “caixa lacrada” da previdência pública, com a realização de um debate amplo sobre a previdência pública no Estado do Piauí, com o intuito de criar condições para os(as) servidores(as) tenham controle, de fato sobre os rumos do sistema de previdência e dos recursos do fundo previdenciário;
- Realização de auditoria no Fundo de Previdência dos(as) trabalhadores(as) do estado do Piauí e na folha de pagamento, no sentido de verificar se há fraudes e sonegação;
- Realizar estudo técnico sobre possíveis formas de capitalização sustentável do Fundo de previdência;
- Apoio do governo à revogação da reforma da previdência, trabalhista e à leis do teto de gastos e das terceirizações;
- Manifestação contrária à contribuição financeira de trabalhadores(as) aposentados(as);
- Medidas que evitem a manutenção das chamadas superaposentadorias ;
- Apoio do governo à recomposição do sistema de seguridade social no Brasil, a partir do conceito aprovado na Constituição de 1988.

1.6 SISTEMA DA DÍVIDA PÚBLICA

Um dos graves problemas nas finanças públicas do país e dos entes federados é o peso da dívida pública, que se realiza como um sistema, o sistema da dívida, como demonstra a Auditoria Cidadã da Dívida (ACD). Este sistema se caracteriza pela ganância irregular das riquezas públicas com a manutenção dos privilégios de uma restrita e pequena elite e o consequente agravamento das desigualdades sociais, compondo uma política nefasta, que agrava os problemas sociais e traz o ônus de endividamento público, sem contrapartida social, fazendo do Brasil, um dos países mais desiguais do mundo, apesar das suas imensas riquezas.

De acordo com a ACD, apesar dos vultosos pagamentos, em 2021 a Dívida Pública Federal aumentou R\$ 708 bilhões, tendo crescido de R\$ 6,935 trilhões para R\$ 7,643 trilhões.

A dívida pública cresce em meio ao caos construído pelos mecanismos financeiros do mercado volátil e especulativo, por meio de várias ações políticas-financeiras, que embala a lógica neoliberal de diminuição do Estado, através de privatizações, contra-reformas, cortes de investimentos públicos e gastos sociais.

É o Sistema da Dívida que impede o desenvolvimento sócio-econômico e aprofunda as desigualdades sociais, ampliando a política de sucateamento, precarização, privatização, destruição dos Serviços Públicos e o discurso de terra arrasada, para que os ricos concentrem todas as riquezas.

Em 1931, Getúlio Vargas confirmou em auditoria da dívida pública, que 40% dessa dívida, era irregular. Desde então, passou a pagar, apenas, a dívida comprovada em contratos válidos. Portanto, antes da ditadura civil-militar, 1964-1984, o endividamento público praticamente, inexistia. No período da ditadura, saltou de 15,7% para 54% do PIB, crescendo, assim, 30 vezes: De 3,4 Bilhões, em 1964 para 102 Bilhões de Dólares, em 1985.

Em 1995 o estoque da dívida externa federal era de U\$ 159 Bilhões de Dólares (?), passando para 187 Bilhões de Dólares, em 2005. Em 2015, essa cifra subiu para 240 Bilhões de Dólares, chegando em 2019, à cifra de 573 Bilhões de Dólares. (Dados do Banco Central do Brasil, disponível na página www.ipeadata.gov.br) *não foram consideradas as frações.

Esse comportamento não é restrito à União. Podemos observar esse mesmo crescimento da dívida pública em Estados e Municípios; os acesso aos dados desses entes federativos é muito precário dada a falta de transparência e publicidade dos atos da administração pública.

A realidade da dívida do Piauí, aponta que em 2011, de acordo com demonstrativo, era uma cifra de R\$ 2.867.499.852 Bilhões e em 2019, R\$ 5.181.842.289 Bilhões de Reais. Divulgados na página do Portal: sefaz.pi.org.br (Desconsideramos as frações).

Sendo parte do sistema da dívida os estados são obrigados a destinar grande parte do seu superávit ao governo federal, na forma de pagamento de suas dívidas com a União. Importante observar, que a dívida pública é paga religiosamente e não se trata apenas de juros e amortizações, vários outros montantes saem dos cofres públicos, para a realização do chamando serviço da dívida. De acordo com os dados, no Piauí, os encargos e amortização, em 2001, somaram R\$ 258.978.709. Em 2011, as despesas chegam R\$ 754.999.293 e em 2019, 553.828.829 Milhões de Reais.

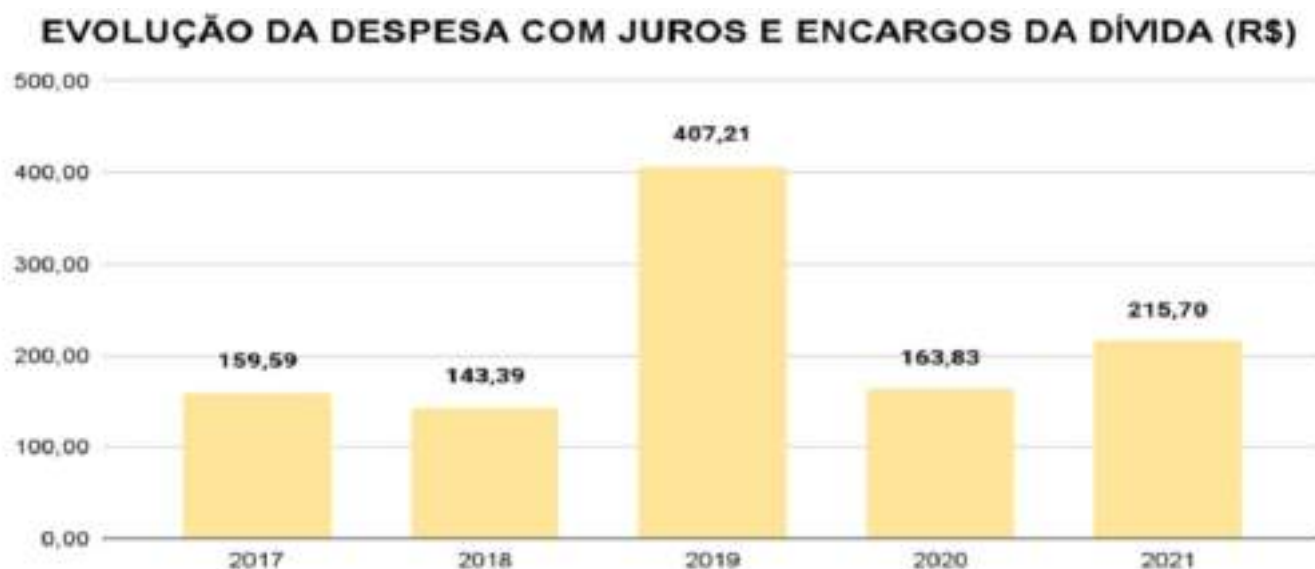
Como dissemos, esses valores não significam o total de despesas com a dívida pública, tendo em vista que muitas outras despesas administrativas estão relacionadas com a contratação de empresas que lidam e estão relacionados com a dívida pública.

Quando a dívida aumenta o governo se utiliza de mecanismos para disfarçá-la, dentre esses estão as renegociações, geralmente baseadas em altíssimas taxas de juro, para que com isso seja aberto novo prazo de carência e mantenha determinado patamar de endividamento. De acordo com informações do governo, o endividamento do Piauí representava em setembro de 2021, 35,55% (relação entre dívida consolidada e receita corrente líquida). Informou também que naquele ano o Estado devia R\$ 4,3 bilhões e possuía uma receita de R\$ 12,3 bilhões.

O quadro abaixo extraído do Balanço Geral do Estado do Piauí/2021, demonstra a relação entre gasto com pessoal e encargos sociais e a dívida pública; observamos que o executado é praticamente igual ao autorizado e representa somente 1,40% do volume total da despesa da dívida:

Detalhamento	Fixada (a)	Adicionais (b)	Autorizada (c = a + b)	Execução (d)	Executado (d/c)	Executado Total da Despesa
DESPESAS CORRENTES	11.104.451.859	1.788.787.219	12.893.239.078	11.993.550.584	93,02	83,07
Pessoal e Encargos Sociais	6.580.281.354	947.955.055	7.528.236.409	7.426.128.754	98,64	51,43
Juros e Encargos da Dívida	262.153.926	-46.029.071	216.124.855	215.703.440	99,81	1,49

No quadro a seguir se pode observar a evolução da despesa com juros no ano de 2021: um acréscimo de 31,66% em relação ao ano anterior 2020.



Atualmente tramita no Congresso Nacional a proposta para limitar os juros no Brasil, visando reprimir os exageros praticados pelo sistema financeiro; o assunto também compõem uma campanha nacional conduzida pela ACD, chamando atenção que em um momento onde 77,3% das famílias brasileiras estão endividadas (dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC), o mercado lucra através do desespero de quem precisa de empréstimos para sobreviver; sobem os juros do cartão de crédito e do cheque especial e aumenta a fome no país.

No mês de maio de 2023 a governadora Regina Sousa conseguiu aprovação da Assembleia Legislativa solicitação de dois empréstimos de US\$ 150 milhões, junto ao BIRD e ao Banco Mundial. O PSOL compreende que a dívida não pode continuar sendo um mecanismos de sangria dos recursos públicos, especialmente daqueles destinados aos setores sociais.

NOSSOS COMPROMISSOS:

- Realização da auditoria da dívida publica do estado do Piauí, conforme mandamento da Constituição Federal de 1988;
- Indicação de uma CPI dos juros da dívida publica do Piauí à Assembleia Legislativa.
- Proposição de suspensão temporária do pagamento da dívida, durante a o processo de auditoria;
- Apresentação às organizações da sociedade e à população em geral das informações sobre a evolução do endividamento público do estado, considerando cumprimento ou não das metas e a política de juros, visando um posicionamento soberano da população frente a essa realidade;
- Incremento e melhoria dos mecanismos de transparência visando o acompanhamento das contas públicas do Piauí.
- Implementação de programa de recuperação da dívida ativa de no mínimo 5% do total devido pelos grandes devedores ao estado.



EIXO II - DESENVOLVIMENTO ECOSOCIALISTA: superação das exclusões, das desigualdades, afirmação dos territórios e modos de vida.

Neste eixo destacamos uma concepção de desenvolvimento, colocada na contramão do que vem sendo praticado pelo governo do Brasil e do Piauí, cuja ênfase é o crescimento econômico voltado, por um lado, para melhoria dos índices que venham a situar o Piauí em lutar de competitividade por mais investimentos externos junto a organismos multilaterais, como o Banco Mundial e outros, que vêm participando do processo de endividamento do Estado. Por outro lado, essa política de desenvolvimento dá vazão ao processo de privatização do setor público, com transferência de recursos, de diversos modos, para a iniciativa privada que, através desempregos nacionais e internacionais de grande porte cada vez mais ocupa os territórios mais produtivos do Estado, de modo particular na região considerada a última fronteira agrícola.

Desse modo, nossa aposta é no ecossocialismo, uma construção alinhada a uma cosmovisão civilizacional que condena o progresso destrutivo, e se volta ao Bem Viver, como uma construção participativa, colaborativa, que valoriza os diversos conhecimentos, não hierarquiza as vidas, os territórios e toma os referenciais de justiça social e de solidariedade como orientadores das incidências sócio-ambientais. Neste sentido, é necessariamente uma construção democrática, de superação das diversas formas de exclusão e das desigualdade. Trata-se de parte do caminho a ser trilhado cotidianamente pela sociedade e pelo estado na construção do socialismo.

2.1 TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO

Território é lugar da diversidade da vida; é também lugar de disputas, de conflitos, de exclusões. De acordo com o geógrafo Milton Santos, território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história plenamente se realiza.

A ideia de território tem sido utilizada com a finalidade de planejar a realização de políticas públicas. No Brasil, têm-se os “territórios da cidadania” formados por conjuntos de municípios, considerando determinadas características. No Piauí, foram criados os “territórios de desenvolvimento” (Lei Complementar no 87, de 22.08.2007 e Lei no 6.967/2017) e também a organização territorial em 4 macrorregiões (Litoral, Meio-Norte, Semiárido e Cerrado) e 28 aglomerados.

A terra, rios, riachos, brejos, nascentes, pastos, planaltos, florestas, fertilidade do solo, incidência de sol, de vento, diferentes biomas, disponibilidade de mão de obra barata e de baixa qualificação técnica e escolar estão entre os motivos de disputas territoriais, porque a lógica dominante organiza o espaço concentrando recursos naturais e humanos em determinados lugares, para facilitar a atuação do mercado, impedindo que as potencialidades sejam vistas em sua totalidade, pois o que interessa ao paradigma do poder dominante é o potencial econômico.

NAssim, o principal indicador utilizado no planejamento das políticas é o Produto Interno Bruto (PIB), que esconde as mazelas das desigualdades, da desesperança, da infelicidade, das expulsões, das exclusões.

De acordo com dados da Secretaria de Planejamento do Piauí (SEPLAN), enquanto o PIB do Brasil no ano de 2018 foi de R\$ 7,004 trilhões, o do Piauí de 50,4 bilhões. Embora tenha crescido acima do PIB do Brasil e do Nordeste, no período de 2010 a 2018, continua expressando pequena participação no PIB do Brasil. Em 2018, o PIB per capita do estado foi apurado em R\$ 15.432,05. A participação da agropecuária foi de 9,9%; da indústria 12,4% e dos serviços 77,6% . Na agropecuária, devido à expansão da cultura de soja no cerrado piauiense, o crescimento foi de 25,3%, no período citado; a pecuária de suínos e aves teve um crescimento de 2,3%) e a produção florestal, extração e cera de carnaúba, carvão vegetal, lenha de eucalipto e madeira em tora cresceu 6,7%. Na indústria, o incremento se deu principalmente devido à geração e distribuição de energia (IBGE, SEPLAN, 2018). Dados divulgados pelo IBGE, no ano de 2018, informam que os 10% mais ricos do estado do Piauí ganharam 18 vezes mais que os 40% mais pobres. Pela base de dados do último Censo, realizado em 2010, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) apurado coloca o Piauí como o terceiro menor no ranking nacional, dada a prevalência de elevadas taxas de analfabetismo, baixos índices de saneamento básico e ambiental e menor Produto Interno Bruto do (PIB) do Brasil. E há um dado que é suficiente pra causar impacto em quem busca informações sobre a educação no Piauí: de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2019, foram registradas 128.797 matrículas no ensino médio, sendo que este valor é 9,8% menor do que o número de matrículas registradas para o ano de 2015. (BRASIL, 2019).

O avanço do agronegócio no Piauí é colocado pelo governo como oportunidade de desenvolvimento, porém, os dados falam que as suas ações se voltam meramente para o crescimento econômico e não para a melhoria das condições de vida. Isto pode ser percebido principalmente em dois momentos: na lógica vegetal e na lógica da mineração. O primeiro se deu com a soja, o eucalipto para celulose, com a mamona, junto com as barragens sobre o rio Parnaíba e a Transnordestina, que resultaram em violações de direitos de povos tradicionais e quilombolas e sacramentaram o fracasso do projeto da mamona e do eucalipto, permanecendo apenas o plantio de soja, que já existia. O segundo momento se relaciona à atividade de mineração, agregada à energia eólica e solar, resultando na repetição dos ataques aos direitos das populações tradicionais e quilombolas.

Há dois equívocos nas lógicas desenvolvimentistas apresentadas: o primeiro relacionado à aposta exclusiva na agropecuária, mantendo a mesma lógica de desenvolvimento. Ainda assim, tal aposta não teve a resposta esperada, pois a agropecuária não superou o motor de desenvolvimento do estado, que são os serviços prestados por Teresina, que ocupam quase a metade do PIB. O segundo equívoco está em não voltar a produção nem para o povo nem para o território Piauí, mas para os empresários, inclusive de outros países. Isto permite concluir que a situação está pior do que a anterior a esta lógica, já que o Piauí (o povo) permanece tão pobre quanto antes e com o patrimônio ambiental atacado em todos os territórios do pretense desenvolvimento. Em resumo, está sempre dependente de políticas assistencialistas.

Por exemplo, o município de Bom Jesus (PI) tem PIB per capita estimado em mais de R\$ 26 mil. Porém, com uma população de cerca de 24 mil pessoas, mais de 16 mil são de baixa renda e recebem auxílio de programas sociais do governo federal, para garantir seu sustento. O IDHM do município é de 0.668, também abaixo da média nacional, em 2010. Os números, neste corte histórico, são extremos e mostram as enormes contradições do chamado “desenvolvimento”.

É um processo que promove a desterritorialização das comunidades quilombolas, indígenas, tradicionais e populares, assim como desterritorializa as culturas e modos de vida tidos como populares e não-oficiais, e dilui e encobre as diversidades. Dentre as consequências, estão as expulsões e exclusões de famílias inteiras e principalmente de jovens. Formam outras territorialidades, geralmente nas periferias urbanas, em lugares distantes e desprovidos de infraestrutura, provocando o surgimento de outros problemas e outras exclusões.

Uma gestão comprometida, de fato, com o Piauí precisa aliar-se ao povo, a fim de juntos potencializar a atuação, em especial, na prestação de serviços, bem como potencializar os arranjos produtivos de cada localidade, a partir da agricultura familiar, que é a que alimenta o Brasil.. Além disso, o Piauí pode se tornar referência, no País, na produção agroecológica. Bastaria apoio governamental, pois os demais recursos necessários estão disponíveis.

É preciso estabelecer que, caso as empresas do agronegócio queiram continuar operando no Piauí, devem submeter-se às leis ambientais e a uma política institucional voltada para proteção da agricultura familiar, dos povos tradicionais, quilombolas e indígenas. O estado seria o incentivador da captação de energia solar e eólica pelas comunidades locais em parceria com as universidades federais e do estado, por meio de incentivos fiscais à agricultura familiar. Dessa forma, pode-se inverter a lógica agropecuária em benefício da população.

O Piauí que o PSOL quer ajudar a valorizar a cultura local, afirmando as nossas potencialidades e a nossa capacidade de produzir riquezas e serviços, com garantia de infraestrutura para deslocamento, comunicação, acesso à água e energia, e de prestação de serviços de saúde e educação públicos, gratuitos e de qualidade.

NOSSOS COMPROMISSOS:

- Valorização da produção econômica do povo do Piauí, com destaque para a agricultura familiar;
- Criação de condições econômicas e estruturais para tornar o Piauí uma referência na produção agroecológica;
- Restruturação da política de licenciamento ambiental, impedindo a invasão e destruição dos territórios pelo agronegócio;
- Criação de oportunidades de estudo e trabalho para que a juventude tenha condições de permanecer no campo;
- Acolhimento das diversidades religiosas, étnico-cultural e de gênero, existentes nos territórios;
- Combate sistemático às violências contra indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais, mulheres, povo das periferias e os que estão em situação de rua;
- Combate à grilagem de terras, ao desmatamento e queimadas, contaminação das águas por agrotóxicos e assoreamento de margens de rios, lagoas e brejos;
- Articulação da produção de conhecimento nas instituições de ensino superior, técnico e tecnológico do estado, com mecanismos de apoio e assistência aos produtores, especialmente da agricultura familiar
- Fortalecimento efetivo da fiscalização do processo de grilagem de terra e destruição ambiental e mecanismos para impedir a utilização de mão de obra escrava no estado;
- Intensificação dos processos de regularização fundiária urbana e rural, com titulação em nome das mulheres; e enfrentamento aos conflitos por terra;

- Adoção de medidas coibitivas e fiscalizatórias diante do uso de agrotóxicos em todo o estado;
- Revogação da Lei Complementar à Lei Estadual de Regularização Fundiária, que criou favorecimentos às ações de grilagens de terras.

2.2 REFORMA AGRÁRIA

O latifúndio no Piauí tem origem no processo de concessão de terras aos sesmeiros. Ainda na década de 1970, as terras devolutas foram incorporadas ao “patrimônio da Companhia de Desenvolvimento do Piauí - COMDEPI (Lei Estadual nº 3.271/73). Com o uso de recursos federais da SUDENE e do FINOR, houve a chamada corrida às terras piauienses. Com mudanças na estrutura administrativa do Estado, em 1980, a COMDEPI foi extinta e criado o INTERPI que, ao lado do INCRA, passou a ter essa responsabilidade no estado,.

Pelo artigo 200 da Constituição do Piauí, as terras públicas e devolutas deverão ser utilizadas para assentamento de famílias de origem rural, sendo vedada a venda. Apesar do disposto na lei maior e da existência de órgãos específicos para a realização da política, a estrutura fundiária do Piauí, caracterizada pela concentração e uso privado da terra e das riquezas naturais, se manteve quase inalterada com o passar do tempo. As mudanças, para pior, começaram a acontecer recentemente, com a chegada do agronegócio e com ele grandes empresas se instalando no estado

Face à limitação legal da entrega da maior parte das terras a grupos econômicos, o governo, em conluio com legisladores, buscou criar alternativas para facilitar a transferência de domínio das terras públicas para tais grupos, mediante emissão de títulos de domínio, em uma manobra que permite, a partir daí, realizar o processo de regularização. Isto se pode observar ao analisar o processo que envolveu a instituição das leis nº 6.709/2015 e 7.294/2019. A primeira cria a possibilidade de expedição de títulos de reconhecimento de domínio em áreas de até 2.500 hectares, por meio de acordos administrativos, visando solucionar conflitos. A primeira foi aprovada no mesmo ano de criação do território Matopiba e, embora não esteja expressa tal intenção, veio para facilitar a vida dos especuladores. No discurso escorregadio do governo, foi uma medida para dar “segurança jurídica” aos investidores. Grande parte dessas áreas envolvem comunidades tradicionais que vivem no território, desencadeando grande quantidade de conflitos e de expulsões.

Diante de mobilizações e denúncias, foi aprovada a Lei nº 7.294/2019, dando preferência aos territórios tradicionalmente ocupados, um avanço importante. Assim, parte dos conflitos foram apaziguados, mas restava atender aos interesses particulares dos novos latifundiários do Piauí em regularizar terras que adquiriram em situações irregulares e grande parte a preços irrisórios. Para atender a essa demanda, o governo encaminhou à ALEPI o Projeto de Lei Complementar nº 03/2019, permitindo o reconhecimento de domínio, mediante alguns critérios, dentre esses, o de não haver disputa judicial envolvendo a terra

Diante da falta de infraestrutura e de organização cadastral, de informações atualizadas e precisas sobre a cadeia dominial, as comprovações se tornam inviáveis a curto prazo, favorecendo às grandes empresas, com seus escritórios de assessoria especializados, apoio dos cartórios, omissão do governo e do Legislativo. Desta forma, contando com o sucateamento e morosidade do INCRA e do INTERPI, fica fácil “comprovar” o domínio e, como afirma a Associação dos Advogados dos Trabalhadores Rurais, legalizar o ilegal. O governo, ao afirmar que, nos processos de regularização fundiária, a prioridade é para áreas que não envolvam conflitos, favorece os grandes empreendimentos, que não dependem do governo para solucionar os conflitos. Quem depende do governo são os agricultores familiares e os povos tradicionais, mas estes contam com atendimento lento e precário.

Estrutura fundiária do Piauí (2011)

Grupo de área (ha)	nº imóveis	%	área total (ha)	%
Minifúndio	82.220	67,11	1.902.754,39	9,77
Pequena propriedade	22.291	23,89	3.277.455,00	16,83
Média propriedade	8.142	6,6	3.694.315,30	19,0
Grande propriedade	2.872	2,4	10.603.094,00	54,40
Total	122.515	100,00	19.477.620,70	100,00

Fonte: Brasil, Incra, Sistema Nacional de Cadastro Rural, 2011.

Analisando o quadro, pode-se verificar que a área total ocupada pela grande propriedade no Piauí é mais de 3 vezes maior que a área ocupada pela pequena propriedade, e o número de imóveis ocupados com pequenas propriedades é 11 vezes maior que os envolvidos na grande propriedade, o que expressa a escandalosa desigualdade implicada na questão agrária no Estado.

Com a instituição do MATOPIBA, que envolve territórios dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia), muitos grupos empresariais vinculados a fundos de pensão vêm adquirindo terras na região, que é considerada a última fronteira agrícola, imprimindo mudanças no regime de posses de terras no estado e, conseqüentemente, expropriação de posseiros e de comunidades tradicionais. O Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos de 2018 informa que a Universidade de Harvard destinou parte de seus fundos para adquirir terras agrícolas no nordeste do Cerrado, por meio de três grupos empresariais. A instituição adquiriu, sem alarde, cerca de 300.000 hectares no Piauí e na Bahia, a maior parte mantida improdutiva. Entre 2003 e 2019, o aumento de preço das terras agrícolas nos municípios de Bom Jesus (PI) e Uruçuí (PI) foi respectivamente de 499% e 355%.

Dados do Censo Agropecuário do IBGE indicam que, na região do Matopiba, houve diminuição do número de estabelecimentos agropecuários em 17%; porém decresceu o número de pequenos estabelecimentos, indicando que pequenos agricultores estão ocupando áreas cada vez menores. Cresceu também o número de latifúndios, ou seja, estabelecimentos com áreas maiores que 1.000 hectares.

De acordo com dados do INCRA sobre as suas ações realizadas, no período de 1900 a 2019 foram criados 499 Projetos de Assentamentos Federais, ocupando uma área de 1.391.243,64 hectares e beneficiando 31.169 famílias (INCRA, 2019). No passo lento das ações de assentamento estão os conflitos, envolvendo principalmente famílias posseiras e pequenas proprietárias; além daqueles que se realizam por causa da água e outros recursos naturais.

A “Há nova dinâmica estabelecida pelo agronegócio, em Matopiba, cuja expansão da fronteira agrícola é marcada pela ação da grilagem, ou seja: pela apropriação irregular de terras, a partir de fraude e falsificação de títulos de propriedades públicas ou de terceiros”.

A urgência da reforma agrária é confirmada também pela quantidade de terra improdutiva. De acordo com Andrade e Viana (2016), apenas 237 dos estabelecimentos do estado são classificados como produtivos, ou seja, 2.635 não atingem os índices de produtividade; os minifúndios representam 67,11%.

Os programas adotados pelos governos são geralmente integrantes do processo que se pode denominar de reforma agrária de mercado, a exemplo do Banco da Terra dos anos 1990, voltado à criação de assentamentos rurais por meio da relação de compra e venda. No governo Lula, houve a criação do Programa Crédito Fundiário (PCF), mas apesar de o estado do Piauí ter sido um dos mais contemplados com o Programa, faltou assistência técnica para o acompanhamento aos assentamentos e assentados(as), e, além disso, o problema fundiário se manteve como um dos mais graves no estado, lembrando a marca da construção colonial e da grilagem, que se realiza com a conivência e inércia estatal e da estrutural cartorial.

As iniciativas do governo do Piauí em processos de regularização fundiária, que são muito importantes e necessárias, chegam em momento próximo às eleições e são restritas a áreas livres de conflitos, geralmente com processos antigos em andamento, o que nos faz perguntar sobre o porquê de se realizarem somente em momento tão próximo às eleições, enquanto que, ao longo dos últimos 20 anos de governo do PT e de aliados, teria sido possível fazer muito mais, inclusive enfrentando conflitos existentes em razão de disputas de terras situadas em territórios tradicionais e na região dos cerrados.

O PSOL compreende que qualquer política de enfrentamento às desigualdades passa, necessariamente, pela realização de uma reforma agrária popular, como forma de liberação da terra para finalidade social e geração de oportunidades para a população

NOSSAS PROPOSTAS:

- Realização de inventário das terras públicas do Estado;
- Registro das terras públicas para que possam ser destinadas às finalidades estratégicas da política fundiária;
- Agilização dos processos de regularização fundiária existentes no INTERPI e definição de limites no regime de colaboração do INCRA, visando o mesmo objetivo;
- Construção de agenda de atividades fundiárias do governo, estabelecendo ações de curto e médio prazos;
- Aperfeiçoamento das práticas cartorárias para facilitação da regulação fundiária;
- Correição nos cartórios de registro de imóveis para evitar o acobertamento da prática de grilagem e especulação quanto à terra;
- Realização de concurso público para contratação de pessoal qualificado, voltado para os processos de reforma agrária, com valorização em sua carreira, condições de trabalho e salário;
- Observação, nos processos de regularização fundiária, do Zoneamento Ecológico;
- Integração das ações do INTERPI às do INCRA, visando potencializar a realização da reforma agrária;;

- Promoção do envolvimento do Poder Judiciário na resolução de conflitos fundiários;
- Ações voltadas para o funcionamento pleno da Vara Agrária de Bom Jesus; e criação de Delegacia Agrária para lidar com crimes decorrentes de conflitos específicos;
- Articulação com o Judiciário para estabelecimento de conduta a ser seguida pelos cartórios, visando à confirmação das informações quanto à abrangência das áreas.

2.3 REFORMA URBANA

No Brasil e no Piauí, há o predomínio de uma lógica de oposição e de desigualdade entre campo e cidade, que coloca o meio rural como lugar de atraso e as cidades como lugares de progresso e de oportunidades.

De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais, 2013, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Piauí tem a segunda menor taxa de urbanização do País (67%), perdendo apenas para o Maranhão, que registrou 58,9% da população residente em áreas urbanas. No Brasil, o índice ficou em 84,8%, sendo a região Nordeste quem apresentou menor taxa (73,4%).

Nos anos 1980, as cidades passaram a concentrar grande parte da população que anteriormente vivia no campo. Contudo, o lugar reservado às famílias empobrecidas é a periferia, áreas afastadas dos centros comerciais e de serviços, desprovidas de infraestrutura básica, como rede de escolas, de assistência à saúde, de fornecimento de água, energia, esporte, lazer e outros serviços e necessários ao bem-viver. Nestas áreas, também cresce a violência, que atinge principalmente os jovens, devido às altas concentrações de pessoas desempregadas e submetidas a grandes opressões e negações, carentes de um olhar mais compreensivo e comprometido por parte do poder público, que tende a servir os interesses dos ricos e abastados. Crescem os problemas ambientais pelo desmatamento indiscriminado de áreas para construção de moradias, sem acompanhamento efetivo nem orientação do poder público. Falta saneamento básico e ambiental. No entanto, é bom lembrar que, no ano de 2020, somente 7% dos piauienses dispunham de saneamento básico.

Parte do processo de emancipação dos municípios do Piauí ocorreu motivado por interesses eleitoreiros, sem preocupação primeira com as condições de sustentabilidade estrutural, política e financeira. No ano de 1988, quando aprovada a atual Constituição Federal, o Piauí era formado por 118 municípios, ou seja, em 34 anos foram criados 106 municípios, sendo 30 no governo Freitas Neto, 74 no governo Mão Santa e 2 no governo Wellington Dias.

Pelas estimativas do IBGE, produzidas para o ano de 2021, somente Teresina conta com população acima de 800 mil habitantes; na faixa de 100 a 500 mil habitantes, há somente 1 município (Parnaíba). São 3 municípios na faixa de 50 a 100 mil habitantes (Picos, Piripiri e Floriano), representando 1,33%; na faixa de 25 a 50 mil habitantes estão 17 municípios (7,58%), sendo os mais populosos Barras, Campo Maior, União, Altos, Esperantina e José de Freitas; na faixa de 10 a 25 mil habitantes, estão 42 municípios (18,7%), sendo os mais populosos Uruçui, Canto do Buriti, Valença do Piauí e São João do Piauí. De 5 a 10 mil habitantes, são 83 (37,0%) municípios; e, na última faixa, com menos de 5 mil habitantes, alinham-se 77 municípios (34,3%). Tem-se que 16 municípios do estado do Piauí concentram metade da população total, ou seja, 7,14% dos municípios (Teresina, Parnaíba, Picos, Piripiri, Floriano, Barras, Campo Maior, União, Altos, Esperantina, José de Freitas, Pedro II, Oeiras, São Raimundo Nonato, Miguel Alves, Luís Correia), enquanto 92,86% dos municípios concentram 50% da população residente no estado.

O Piauí, em geral, é formado por municípios de pequeno porte, a maior parte com poucos recursos próprios e alta dependência dos recursos de transferências intragovernamentais. De acordo com dados do Tribunal de Contas do Estado, no exercício de 2020, em relação a parâmetros nacionais e regionais de arrecadação de impostos, foi identificado um panorama de baixa arrecadação per capita, além de prefeituras que não apresentaram arrecadação de ISS (02 prefeituras), IPTU (29), ITBI (35) e COSIP (20).

Cada um desses municípios conta com o seu perímetro urbano tendente à expansão; e com o abandono e exclusão dos territórios rurais. Tais perímetros se expandem seja para a construção de conjuntos habitacionais, destinação de áreas de serviços ou mesmo para regularizações de ocupações espontâneas. Isto é uma realidade nas cidades brasileiras e que gera áreas totalmente desassistidas, consideradas “não-cidade”.

À medida que os centros urbanos “crescem”, desacompanhados de uma política de desenvolvimento baseada no direito das pessoas à cidade em que vivem, diversas mazelas se ampliam, como o aterro de rios, córregos e lagoas, corte de encostas e ocupação de margens de rios, lagoas e de outras áreas que deveriam servir à preservação ambiental.

O Piauí não conta com uma política ampla e consistente de desenvolvimento urbano. Temos uma legislação urbana no Brasil em que há instrumentos de controle no processo de uso e ocupação do solo. Contudo, grande parte dos municípios não aplica essa legislação, porque não regulamentou seus instrumentos. Pela Lei do Estatuto da Cidade (Lei no 10.257/2001), municípios com mais de 20 mil habitantes devem contar, em seus planos diretores, que consistem em instrumentos voltados ao ordenamento territorial, observando parâmetros de cidades justas e sustentáveis. No Piauí, somente 27 municípios estão nessa faixa com população acima de 20 mil habitantes. Porém, de acordo com Bezerra e Gomes (2020), até o ano de 2010, somente 21 municípios haviam elaborado os seus Planos Diretores. Afirmam também que os municípios piauienses com planos diretores são predominantemente urbanos. Apenas em Batalha, Lagoa do Piauí, Luís Correia e União, a população rural sobressaiu-se em relação à urbana, no ano de 2010.

No estado do Piauí, o processo de urbanização está centrado na capital e em poucas cidades, como Parnaíba, Picos e Floriano. A dinâmica do setor terciário está centrado principalmente em Teresina, com os setores de comércio, saúde, educação entre outros, promovendo uma hierarquia urbana não só estadual, mas regional, com fortes relações com as principais cidades dos estados do Ceará, Maranhão, Pernambuco e Pará, mas em condições precárias de acesso interno e regional, pela falta de boas estradas e condições de transporte .

O PSOL compreende que esse quadro precisa ser submetido a um processo de análise de planejamento, baseado na escuta da população sobre a construção de saídas que promovam o direito à cidade, por medidas integradoras, que valorizem e respeitem as autonomias locais e, ao mesmo tempo, promovam ações conjuntas visando o interesse público e a superação das desigualdades.

NOSSOS COMPROMISSOS:

- Ações integradas de promoção da oferta de serviços públicos articulados;
- Apoio técnico e operacional do Estado aos municípios no processo de planejamento municipal integrado;
- Incentivo à participação das Instituições de Ensino Superior (IES) do estado ao processo de planejamento municipal, com assistência técnica;
- Realização do Congresso do Piauí, com discussão voltada à política de desenvolvimento humano e territorial;
- Promoção de políticas que contribuam para a superação das dicotomias entre “capital e interior”; rural e urbano;
- Promoção de ações visando à compreensão e à intervenção quanto ao fenômeno das migrações forçadas no interior do estado;
- Melhoria das condições de mobilidade entre os municípios do estado;
- Incentivo às vocações urbanas existentes nos municípios do Piauí.

2.4 AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, SUPERAÇÃO DA FOME E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR

De acordo com o IBGE (2019), no ano de 2017 o estado do Piauí contava com 245.601 estabelecimentos agropecuários, dos quais, 197.246 unidades produtivas foram caracterizadas como de Agricultura Familiar (80,3% do total) e 48.355 como não familiares (19,7% do total). Em 2017 cerca de 5,77% dos estabelecimentos agropecuários detinham 69,52% da área total, demonstrando uma concentração de área em poucos estabelecimentos agropecuários.

No discurso oficial do governo, nos últimos anos o Estado vem apresentando índices expressivos de modernização na agricultura, em especial, a dos grãos. Essa afirmação precisa ser situada no contexto das enormes desigualdades internas, das precárias condições de produção dos(as) agricultores(as) familiares e dos impactos ocasionados pelo processo de tecnificação da agricultura, que contrasta com a existência de uma estrutura fundiária e agrária concentradora.

A realidade da agricultura familiar e camponesa no Piauí é bastante preocupante: a população rural do Piauí corresponde a um pouco mais de 34%. De acordo com o Censo do IBGE de 2010 cerca de 63% da população total do estado (1.965.487 habitantes) é rural. Pelo Censo de 2017 o Estado conta com 245.601 estabelecimentos agropecuários, sendo que a agricultura familiar representa 80,3% desse total, ou seja, estabelecimentos desta agricultura, totalizando 197.246 unidades produtivas; contraditoriamente esses estabelecimentos da agricultura familiar ocupam somente 38,5% de área total dos estabelecimentos e ocupava 77,4% da mão de obra .

Tipo de Agricultura	Estabelecimentos		Área		Pessoal ocupado	
	(n°)	(%)	(ha)	(%)	(n°)	(%)
Familiar	197.246	80,3	3.832.846	38,5	518.540	77,4
Não Familiar	48.355	19,7	6.157.011	61,5	151.781	22,6
Total	245.601	100,0	10.009.857	100,0	670.321	100,0

Estabelecimento, pessoal e área ocupada segundo o tipo de agricultura do Piauí. Fonte: Moraes, Sousa e Araújo (2017)

De acordo com as autoras, 86,7% do total de pessoal ocupado na agricultura tem laços de parentesco com o proprietário e parte considerável da mão obra ocupada é de mulheres, representando 31,9% da população com mais de 14 anos trabalhando na agricultura. Essa população tem baixa escolaridade: 30,4% das pessoas nunca frequentaram a escola; 20,2% são não analfabetizados(as); 16,5% concluíram somente os anos iniciais do ensino fundamental; 16,2% concluíram todo o ensino fundamental, 6,4% contavam somente com o ensino médio; 3,4% frequentavam a EJA e 2% tinha ensino superior.

No tocante a questão étnico-racial Moraes, Sousa e Araújo (2017), informam que 64,8% dos que trabalhavam nos estabelecimentos da agricultura eram pardos(as); 22,4% brancos(as); 12,7 pretos(as) e 0,1% indígena; entre pretos e pardos a população que trabalha na agricultura familiar no Piauí soma 77,5%.

O setor das atividades agropecuárias no Estado é formado principalmente pela produção de bovinos, ovinos e caprinos. No litoral começa a se destacar a produção de camarões e caranguejo e no sul a apicultura tem uma expressiva participação no mercado nacional e internacional. No Piauí, na década de 1950, a produção de mel era de 4,0% da produção realizada no Nordeste, e de apenas 0,3% da produção nacional. A partir de 1957, torna-se fundamental a introdução das abelhas africanas, que se proliferaram intensamente, alterando as suas características, principalmente com as abelhas europeias (VILELA, 2000). Em 2000, a participação já era de 49,7% sobre a produção do Nordeste, e de 8,5% sobre a produção do Brasil (MENDES, 2003)

Nos dados há destaque para a expansão da produção de grãos, como soja, arroz e milho, respondendo por parte destacada da produção do Estado. Há também a participação do extrativismo vegetal com a cera de carnaúba, ocupando o terceiro lugar do valor da produção do Piauí, acompanhado da produção de babaçu com a extração de óleo para indústria alimentícia e de limpeza.

A pesquisa “Produção Agrícola Municipal” (PAM) indicou que 10 cidades do Piauí, no ano de 2020 são responsáveis por 76% de toda a produção agrícola do estado. E o IBGE divulgou que o valor da produção agrícola no Piauí teve um acréscimo de 41,2% no ano de 2020 se comparado ao ano de 2019, atingindo um valor de R\$ 6,1 bilhões. Desse total, os 10 municípios (Baixa Grande do Ribeiro, Uruçuí, Bom Jesus, Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena, Currais, Gilbués, Monte Alegre do Piauí, Sebastião Leal e Palmeira do Piauí) foram responsáveis por cerca de R\$ 4,6 bilhões, ou seja, 75,4%. Conforme dados da CONAB, na safra de 2012/2013, a área destinada para o plantio de soja no Piauí foi de 586 mil ha e na safra 2013/2014 foram plantados 627,4 mil ha com soja, com uma variação positiva de 14.8%. Há dez anos, a produção de soja no Piauí, ocupava apenas 13,6 mil ha. Em 2016, a soja ocupava uma área de 563.084 hectares, chegando a 711.123ha em 2017, havendo, portanto, a incorporação pelo agronegócio de quase 150 mil hectares em um ano.

É necessário novamente ressaltar que essa produção envolve a maior parte da área produtiva e a menor parte da mão-de-obra; além disso, é destinada a exportação; não é a toa que, de acordo com dados de 2019, 43% dos(as) piauienses, quase metade da população já se encontrava em situação de pobreza; além disso, não se observa melhoria da produção espalhada na extensão do Estado.

NOSSAS PROPOSTAS:

- Nossos compromissos:
- Ações do Estado voltadas para tornar o Piauí um celeiro, com destaque nacional e mundial, no setor da produção agroecológica;
- Incentivo à ampliação e fortalecimento da produção, do autoconsumo e do mercado interno no Piauí;
- Promoção do acesso a mercados públicos e privados, mediante programa próprio de aquisição de alimentos;
- Articulação das políticas de incentivo à produção agropecuária e a política de segurança alimentar e combate a fome no Piauí.
- Incidência do Estado junto ao setor da agricultura familiar e camponesa para a obtenção de melhores condições de crédito junto aos Bancos, com menos burocracia;
- Promoção de assistência técnica especializada aos pequenos e médios produtores, com melhoria na estrutura dos órgãos da administração pública relacionados ao setor da agricultura e do abastamento;
- Condições para a pequena e a média produção possa contar com equipamentos tecnológicos consorciados, evitando perdas e ampliando a produção;
- Apoio no setor das pesquisas e produção de novas tecnologias agrícolas e aproximação das instituições de ensino superior e de pesquisa dos territórios e dos(as) produtores(as);
- Criação de condições sanitárias, com inspeção e promoção de padrão de qualidade, sem desconsiderar as especialidades relacionadas aos tradições e modos de vida locais;
- Articular as políticas de incentivo a produção, à política de regularização fundiária, de demarcação e titulação dos territórios indígenas e quilombolas e de preservação ambiental;
- ações de incentivo ao associativismo;
- Ações voltadas à facilitação do beneficiamento, da armazenagem, do transporte, da certificação e da comercialização considerado as especificidades das cadeias produtivas.

2.5 MEIO AMBIENTE, CERRADOS, SEMIÁRIDO E OUTROS BIOMAS

O Piauí possui uma riqueza ambiental que está inter-relacionada com as histórias locais, por isso é necessário colocar em cena e intensificar a importância ambiental inserida nas comunidades, exercitando as vivências com a natureza, enfatizando a diversidade dos seres vivos, relacionando com as diferentes culturas locais, de nossa tradição oral, entre outras. Através de uma gestão ativa, interdisciplinar e flexível à realidade e à dinâmica das cidades piauienses, conciliaremos os conhecimentos das áreas de meio ambiente e exatas em conjunto com conhecimentos populares, não apenas para levar uma educação ambiental crítica para a população em geral, mas também para as famílias como um todo.

Ao lado da problemática agrária e fundiária no Piauí, onde predomina a grilagem, com a convivência do poder público, é necessário situar a questão ambiental. De acordo com a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR), o desmatamento tem papel central na grilagem de terras, nesse processo inicialmente é feita a picada demarcatória, como forma de iniciar o rito de consumação da posse fraudulenta da terra e esse processo conta geralmente com a participação de empresas imobiliárias rurais especializadas.

O Piauí é um estado com baixo desenvolvimento econômico, apesar de suas potencialidades, inclusive naturais. Está localizado geograficamente em uma área de transição, agregando características da caatinga e do cerrado, com paisagens singulares e recursos vegetais valiosos como o babaçu, a carnaúba e o buriti; conta com recursos hídricos escassos nas superfícies, porém com grande volume de água subterrânea.

A AATR, relata no documento intitulado “Legalizando o Ilegal”, que de acordo com dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), entre 2001 e 2019 o Cerrado brasileiro perdeu 283.366,71 Km², sendo que no Matopiba a perda da vegetação nativa foi em mais de 125.000 km². No ano de 2019 o estado do Piauí foi o 7º mais desmatado do Cerrado. Pelas projeções, o Matopiba ainda perderá vegetação nativa de 24,1 milhões de hectares até 2050; a AATR aponta um cenário de risco de extinção do bioma e perda significativa dos mananciais de água superficiais e subterrâneas. Contraditoriamente, com a aprovação do Código Florestal (Lei 12.651/2012) cerca de 58% do desmatamento ilegal foi legalizado pela concessão de isenção de recomposição de vegetação nativa de Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL) prevista nos art. 67 do Código e pela flexibilização das exigências, facilitando a realização de mais desmatamento. A AATR explica que o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que é de natureza autodeclaratória, deve consolidar dados, ao mesmo tempo identificando as áreas desmatadas, as áreas de proteção permanente e as áreas de reserva legal; contudo, o CAR vem sendo utilizado como forma de comprovação para o reconhecimento de domínio de terras obtidas em situação ilegal, uma manobra voltada à legalização de atos ilegais, inclusive envolvendo terras devolutas, conforme destaques mencionados no item sobre a Reforma Agrária; além de outras manobras relacionadas a prestação de informações inverídicas sobre áreas preservadas.

Comunidades do sudoeste do Piauí denunciam que na região de Bom Jesus as grandes fazendas do agronegócio tomaram terras, fazem ameaças de morte, sujam os rios e devastam a vegetação com apoio do governo que inclusive dá suporte via incentivos fiscais. A população originária é cada vez mais expulsa e obrigada trabalhar nas grandes fazendas para sobreviver.

De acordo com Drumond, Franco, Oliveira, Nascimento e Campos (2011), no Piauí existem 11 unidades de conservação federais; destas, oito possuem registro de espécies ameaçadas de extinção, seja pela falta de manejo, seja pela falta de fiscalização.

No Piauí a caatinga é o bioma predominante, representa 28,4 % da vegetação do território e envolve 63 municípios. O Estado conta com o registro de 932 espécies de animais e 20 gêneros de plantas exclusivos da caatinga. Entre eles 44 espécies de lagartos, quatro de quelônios, três de crocodilos, 47 de anfíbios. A diversidade da fauna local também pode ser conferida no número de aves, atualmente já foram registradas 348 espécies, entre elas as aves carcará, anum, jaçanã e gavião turuna entre outros. Atualmente 20 espécies estão ameaçadas de extinção, entre elas a ararinha-azul e a arara-azul-de-lear.

Dentre as principais ameaças à Caatinga está a exploração predatória e a degradação ambiental pelas caça indiscriminada, queimadas e o desmatamento para retirada de lenha. Em São Raimundo a ação das mineradoras é uma urgência a ser enfrentada, considerando as invasões de terras e o início de pesquisas às escondidas e sem consulta. Há também o fenômeno da exploração indiscriminada das empresas de carvão na região da de Serra Vermelha. A FURPA afirma que o Piauí possui 46 municípios em área de atuação da Mata Atlântica, correspondendo a 10,52% de seu território e a Serra Vermelha, floresta na qual está presente a área mais rica deste bioma no Estado, considerada uma das mais importantes do Brasil em biodiversidade, sofre a ameaça de extinção pela indústria carvoeira.

No semiárido, embora com o programa 1 milhão de cisternas de iniciativa da Cáritas brasileira ao lado de outras ações no sentido de assegurar a armazenagem da água, no Piauí a situação secular da insegurança hídrica, da seca como forma de manter a dependência das comunidades a grupos políticos permanece; milhares de piauienses ainda convivem com a escassez de água e o Estado, nos âmbitos federal e estadual, gasta milhões com carros-pipa.

O Estado vem se destacando na produção de energia solar e eólica, considerando que dispõe de sol e vento em abundância; as informações de 2021 dão conta que o Piauí está ocupando a quarta posição entre os maiores produtores de energia eólica do país e o segundo lugar na produção de energia fotovoltaica no Brasil, em 2021 60 usinas estavam em operação. Em que pese serem alternativas de produção de energia sustentáveis, o processo de operação dessa produção vem causando profundos impactos sociais e ambientais negativos na vida das comunidades locais; dentre esses o que vem do fato de carecerem de grandes áreas para a instalação de turbinas, a realização de desmatamentos, e restrições para o uso do solo para determinadas atividades e adequadas para a moradia no entorno, devido a poluição sonora causada pelos ruídos. Além disso, os locais de instalações dos empreendimentos causa forte impacto na composição da população local, ocasionando problemas antes desconhecidos como o aumento das violências, uso de drogas, prostituição e outros.

O Estado do Piauí nunca contou com política socioambiental e o pouco de política ambiental que há se efetiva por meio de duas estratégias administrativas, a licença ambiental e criação de unidades de conservação e a fiscalização ambiental, que é movida por denúncias recebidas.

O órgão que efetiva o licenciamento ambiental é prioritariamente a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, em razão da divisão de competências e da ausência de órgãos ambientais municipais, que existem em poucos municípios do Estado, o que faz com que o licenciamento de empreendimentos com intervenção local recaia sobre o órgão estadual e ao órgão federal, o IBAMA, cabendo licenciar apenas o que afeta mais o Estado.

O programa de governo do PSOL adotará, ao invés de uma política ambiental, políticas socioambientais, por considerar que inexiste condição ambiental sem intervenção humana, que aquilo que afeta o meio ambiente afeta também as pessoas e que o meio ambiente é produzido socialmente. O PSOL compreende que a construção de um Piauí para o bem viver exige o respeito e preservação do meio ambiente aliado a ações de promoção da segurança alimentar e hídrica.

Uma proposta com atuações nas áreas de preservação, conservação e recuperação dos recursos naturais, que viabilize a criação de inovações ambientais, dentre elas a ampliação de unidades de conservação, é o que necessitamos para garantias de qualidade de vida. Assim, a proposta de governo deve se estender de modo a priorizar garantias sustentáveis, principalmente para as comunidades tradicionais.

NOSSAS PROPOSTAS:

- Adoção de políticas estaduais socioambientais orientadas para a proteção ambiental e social, com garantia de direitos humanos e fundamentais;
- Criação do Programa de Agentes Sociais de Defesa do Meio Ambiente, envolvendo comunidades tradicionais do Estado;
- Busca de meios para solucionar conflitos no entorno de unidades de conservação, com estratégias de mediação, pagamento de indenizações, promoção de atividades de valorização da cultura local por meio de museus e inclusão da cultura local como parte da visita às unidades de conservação;
- Fortalecimento da política estadual de educação socioambiental com valorização da cultura tradicional local;
- Proteção aos direitos humanos e fundamentais nos processos de licenciamento ambiental, incluindo o cumprimento da Convenção 169 da OIT;
- Descentralização e habilitação dos municípios para fiscalização e licenciamento ambiental;
- Adoção de política de fiscalização socioambiental com viés preponderante de educação socioambiental, com permanente monitoramento remoto por imagens, visitas programadas anuais a cada território e estímulo para que os municípios criem órgãos socioambientais municipais;
- Garantia de aplicação dos recursos oriundos das multas por violação da legislação ambiental a atividades fins que atuem como proteção socioambiental;
- Vinculação do licenciamento ambiental aos comitês dos territórios de desenvolvimento
- identificação das vocações socioambientais de cada município piauiense para definir e redefinir perfis territoriais e de preservação ambiental;
- Estabelecimento de legislação voltada ao uso adequado do solo, do subsolo, da água, da fauna, da flora e do ar;
- Recuperação das áreas degradadas;
- Incentivo e assessoria aos municípios para que criem instrumentos de gestão ambiental municipal;
- Definição de áreas prioritárias de ação governamental relativa à qualidade ambiental e equilíbrio ecológico, atendendo os interesses dos Municípios do Estado;
- Integração de ações municipais com o estado e a união, e outros municípios da região;
- Aplicação de normas para cumprimento da Lei do saneamento ambiental e da Gestão adequada dos resíduos sólidos;
- Aplicação de normas municipais para maior controle da poluição sonora, visual, do ar, do solo, da água e a redução de seus níveis;
- Estabelecimento da Educação ambiental como atividade a ser implementada nas escolas, objetivando capacitar a comunidade escolar para a participação na defesa do meio ambiente, incluindo-se o patrimônio histórico, artístico, paisagístico e cultural;
- Incentivo ao desenvolvimento econômico e social compatível com a conservação ambiental;
- Controle das atividades que comprometam a qualidade de vida e o meio ambiente;
- Conservação das áreas protegidas de cada município do estado;
- Estabelecimento de penalidades referentes aos danos ambientais e os procedimentos administrativos relacionados.
- Incentivo à realização de eventos acadêmicos e escolares que tratem de temas relacionados: Sustentabilidade, Recursos Naturais, Biodiversidade, Resíduos Sólidos, Reciclagem, Energia, Mudanças Climáticas.
- Garantia de oferta de água para áreas urbanas e rurais a partir da gestão integrada de sistemas de adutoras, tecnologias alternativas de captação e armazenamento de águas pluviais, construção de pequenas barragens e captação sustentável de água subterrânea.

- Revitalização dos rios da região semiárida do Piauí no intuito de favorecer a preservação, a agricultura de base orgânica e de subsistência;
- Incentivo a captação de energia solar e eólica pelas populações locais em parceria com instituições de ensino superior de pesquisas do Estado por meio de incentivos fiscais para a agricultura familiar e camponesa.

2.6 INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE, TRANSPORTE, TRÂNSITO E PATRIMÔNIO

Tradicionalmente o Piauí é tido no cenário nacional como estado-problema. Não se industrializou no processo de dinamização industrial da região como Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão, se mantendo com PIB insignificante na produção econômica do país. Somente a partir dos anos 1960 passou-se a integrar-se à economia brasileira, porém de modo estagnado e subordinado, em situação de enorme desigualdade. Nos anos 1970 passou a fazer parte de programas de integração social, momento em que foram criados órgãos como COMDEPI, SEPLAN, EMATER.

Mendes (2003) destaca que nesse contexto tem-se a marca da frágil estrutura viária que ligava o Estado ao restante da região e do País, no qual 93% das exportações destinando-se aos Estados vizinhos do Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia, sendo que somente o Ceará era responsável por 58% dessas exportações. No setor de importações, impera a mesma lógica de dependência, no caso, o Piauí importando mercadorias do Maranhão (63%) e do Ceará (23%).

De acordo com a Fundação Cepro, a dotação de infraestrutura, na atualidade, ainda pode ser considerada um dos pontos fracos do Piauí, especialmente quando comparada a de outros estados do próprio Nordeste, mas sobretudo quando confrontada a estados do Sudeste e Sul, seja no que tange à geração de energia, rodovias, portos e hidrovias, ferrovias e, mesmo, em relação ao saneamento básico.

Além disso, a frágil infraestrutura existente, que é destacadamente insuficiente e precária, está concentrada em determinados territórios, como o da Planície Litorânea, Entre Rios e Tabuleiro do Alto do Parnaíba, onde se encontram hidrelétricas, aeroportos, rodovias, ferrovias e as principais que mais se destacam economicamente, evidenciando a face da desigualdade que impera no Estado.

A Cepro, em documento de 2013, afirma que o Piauí, com um amplo território, tem menos de três mil quilômetros de rodovias (11% do total implantado no Nordeste), sendo 83% sob gestão federal e apenas 17% sob gestão estadual. Informou também sobre a previsão, naquele ano, de cerca de R\$ 5,4 bilhões de investimentos para implantação e ampliação de infraestrutura, via Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) para ferrovias (70,1%) rodovias e aeroportos (10,6%), recursos hídricos e água em áreas urbanas (6,9%), mobilidade urbana, prevenção de áreas de risco e saneamento (1,3%). Como se pode observar no plano estratégico do Estado há favorecimento destacado para o transporte de produtos voltados à exportação, e baixa expectativa de investimento para o provimento de necessidade internas.

Observa-se também o avanço da participação do setor privado na construção de obras de infraestrutura; a Transcerrados é a primeira rodovia sob concessão da iniciativa privada; com 330 km, cortando 8 municípios da região dos cerrados e beneficiando em especial o Polo de Uruçuí-Gurgueia, onde se verifica o crescimento acelerado na produção de soja e onde já estão instaladas grandes empresas.

Os aeroportos do Piauí, além de pequenos, com operações restritas de cargas e passageiros, estão ao longo dos tempos sem investimentos e têm dificuldade de manter regularidade na operação, se mente com a mesma infraestrutura enquanto os demais aeroportos do Brasil passaram por reformas. Recentemente a gestão do aeroporto de Teresina foi concedida à iniciativa, evidências o processo de privatização do setor no Piauí

Dados de 2021 da Confederação Nacional do Transporte (CNT) indicaram que cerca de 53,3% da malha rodoviária pavimentada no estado do Piauí tinha algum problema; sendo consideradas regulares, ruins ou péssimas. A estradas do Piauí representam historicamente um problema; além da falta de estradas em alguns territórios, mantendo isolamentos, há a denúncia da precariedade, que se expressa em buracos, falta de acostamento, riscos de assaltos, impedimentos e danos aos meios de transporte. As denúncias nas regiões de produções para a exportação, considerando que o péssimo estado das rodovias amplia os custos da produção, seja pelos atrasos, seja pelos desgates. Segundo a pesquisa, mais de 46% das rodovias federais que cortam o Estado apresentavam algum tipo de problema relacionado ao pavimento. 59% da malha rodoviária piauiense foi classificada como regular, ruim ou péssima no tocante a sinalização. O traçado simples predomina em quase toda a malha rodoviária piauiense. Também falta acostamento em 38,5% dos trechos examinados, bem como a falta de sinalização em áreas com curvas perigosa foi constatada em 71,6% do total. Nesse ano de 2021 foram identificados 118 pontos críticos nas rodovias que cortam o Estado, sendo 100 trechos com buracos maiores que um pneu. Para a confederação, as condições do pavimento nas estradas do Piauí geram um aumento no custo operacional do transporte em quase 30%.

É comum nos anos eleitorais o governo o governo do Piauí lançar operações de reparo e construção de estadas; em outros anos se se verifica ações do governo no setor, o que indica uma postura eleitoreira, apesar da importância dessa iniciativa.

O litoral piauiense é o único no Brasil que não possui um porto para escoamento de mercadorias; a Zona de Processamento de Exportações (ZPE), no município de Parnaíba, foi inaugurada mais de 10 anos após o prazo previsto e as empresas operantes liberadas do pagamento de impostos (ICMS, PIS e COFINS). Em Teresina, discute-se a instalação de um porto seco, demanda apresentada pelo setor empresarial ao governo, apesar da sinalização positiva, não foi viabilizada e recentemente empresários anunciam a possibilidade de realizar o investimento com recursos da iniciativa privada. Esse tipo de iniciativa, apesar de alterar a morfologia da infraestrutura no Estado, são segregadoras, pois além de estarem geograficamente concentradas em centros mais destacados economicamente, não favorecem o usufruto efetivo dos empreendimentos da pequena e media produção, em especial a familiar e camponesa.

Sobre a estrutura de internet, os dados de 2021 do IBGE indicaram que o percentual de residências que utilizam a internet no Piauí passou de 52,7% em 2016 para 67,3% em 2019. O índice que continua menor do que a média brasileira em 2016, que saiu de 69,4% do ano de 2016 para 82,7% em 2019.

O PSOL compreende que a infraestrutura deve ser instrumento potencializador dos valores próprios do Estado, para servir primeiramente aos(as) piauienses em suas necessidades de trânsito, mobilidade de pessoas, de serviços e da produção econômica.

Compreendemos o turismo como parte do direito aos trânsitos internos e externos que são limitados; prova disso é que grande parte dos(as) piauienses não conhecem o Piauí. É lamentável, pois a atividade do turismo no Piauí encerra grande potencialidade, tendo em vista a ampla diversidade de riquezas naturais, arqueológicas, culturais e históricas, que produzem singularidades a serem valorizadas. O Delta do Parnaíba, no litoral piauiense, é um exemplo do rico e exuberante patrimônio ambiental assim como os sítios arqueológicos nos extremos Norte e Sul do Estado. Há também a região turística de turismo cultural e religioso; as riquezas da culinária e da dança entre vários outros potenciais distribuídos e ainda pouco conhecidos no Piauí e pela sociedade brasileira. O Piauí tem potencial para o turismo urbano e para o turismo rural, podendo envolver o patrimônio material e o patrimônio imaterial, dos territórios e comunidades tradicionais com seus modos de vida, hábitos e saberes próprios, bem como a riqueza da flora e da fauna preservada nesses territórios e da culinária tradicional.

NOSSOS COMPROMISSOS:

- Reforço ao quadro técnico-operacional do DER/PI e da Secretaria de Infraestrutura, com gestão orientada pela inclusão social e territorial;
- Elaboração de um Plano Estadual de recuperação e construção de estradas no Piauí, com ações de curto, médio e longo prazo;
- Apoio aos municípios para aquisição de equipamentos para uso consorciado dos municípios, com o objetivo de manutenção permanente de suas estradas;
- Planejamento e busca de recursos para a construção de mais dois aeroportos no Piauí, considerando as necessidades estratégicas do Estado;
- Adoção de iniciativas voltadas à ampliação e reconfiguração da malha viária do Piauí; com discussão e busca de alternativas nas sub-governadorias;
- Incidência do governo do Piauí junto ao governo federal visando a preservação do patrimônio público sob a gestão pública de equipamentos e serviços de garantia ao direito ao transporte e trânsito;
- Realização de amplo processo de discussão sobre a realidade em que se encontra a política de parcerias público privadas no Estado, no sentido de orientar a gestão das políticas de interesse público para a superação das desigualdades, da pobreza e exclusões para a gestão do estado;
- Construção de inventário sobre a cultura tradicional do estado do Piauí, tendo em vista a integração no calendário das atividades artísticas, culturais e turísticas do Estado;
- Identificação dos(as) mestres(as) de cultura do Piauí, visando o envolvimento dos(as) mesmos(as) no processo de planejamento estratégico do Estado e a aproximação entre os saberes acadêmicos e tradicionais.

2.7 CULTURA, LAZER E ESPORTE

A Cultura é o Povo! A Cultura é a continuidade de crenças, de valores, de sabores e estéticas. A cultura brasileira é uma salada de cores, de sons, de versos, ritmos e afetos.

Somos partícipes de uma cultura resultante da junção de diversos grupos étnicos que formam a população brasileira. A cultura é base primordial da valorização dos hábitos, costumes, tradições e referências para um povo. A região Nordeste é rica em sua diversidade e manifestações culturais, ainda mais em um Estado como o Piauí, que tem papel importante na construção da identidade do Meio Norte. É fato que a diversidade cultural predominante no Brasil é consequência também da grande extensão territorial e das características geradas em cada região do País.

Nós piauienses, somos assim também, diversos, extensos e intensos em criatividade e influências culturais. Mas as nossas vitrines servem para divulgar as linguagens culturais na maioria com valores que não mostram a cara do nosso Estado, de nossas criações, de nossas memórias ancestrais. A cultura das comunidades quilombolas, das comunidades que vivem da agricultura familiar, da pesca, das quebradeiras de côco, as festas de São Gonçalo, de São Benedito, do Divino, do Bumba meu Boi, do pagode do Mimbó, do samba de cumbuca, não chegam ao olhar de nossas crianças, dos adultos em ambientes escolares e muito menos nas casas de cultura reformadas como espaço físico, mas deformadas como espaço de apropriação e empoderamento coletivo na Cidade, no Bairro e na Rua onde elas existem e no campo onde deveriam chegar.

Pretendemos costurar um tapete de reconhecimento deste espaço político que é o legítimo fazer cultural do povo, com o povo, e para o povo. Em uma ciranda que una o que vemos e tocamos como o Balé clássico e o balé tradicional, o toque das flautas e do violão, os textos interpretados com humor, com devoção, traremos para o mesmo tapete através da Secretaria de Educação e da disseminação cultural ensaiada pela a Secretaria de cultura do Estado a força potente no saber de cada povo que compõe a imensidão deste amado Estado, colocando em foco a nossa identidade cultural que tanto amedronta aos secretários estaduais de cultura e totalmente negada e como forma de matar a memória e a identidade de nossa gente.

O compromisso do PSOL com a cultura no Estado pretende também trazer a cultura popular para o centro da dinâmica da cadeia produtiva, elaborando um plano de formação cultural que traga a construção da sua afirmação identitária, especialmente popular. Assim como também, promover as diversas formas de arte como a mais pura expressão do povo piauiense. Trazendo a cena uma construção coletivo dos diversos movimentos culturais e as demais expressões artísticas no campo da música, dança, cinema, pintura, teatro, literatura, folguedos, culinária, exposições de artesanatos, culinária e demais expressões que retratem a alma do povo piauiense.

A população de um estado como o Piauí, com tantas desigualdades e urgências relacionadas a sobrevivência, tem baixíssimas condições de acesso ao lazer e ao esporte, cujas praticas que requerem tempo livre e oferta de equipamentos com acesso facilitado.

O Brasil e o Piauí não cultivam a valor do incentivo político e financeiro ao lazer e ao esporte. Desde o ano de 2004 os setores organizados buscam a construção de uma Sistema Nacional do Esporte e Lazer, promovido a partir da cooperação dos entes federados, sob a gestão municipal. Isto porque diante da situação financeira da maior parte dos municípios, inclusive os do Piauí, dificuldade esporte e lazer integrarão as prioridades do governo municipal, no tocante ao provimento de infraestruturas que permitam ações permanentes e sustentáveis.

NOSSOS COMPROMISSOS:

- Desenvolvimento de uma política de cultura que enfrente o epistemicídio, a colonização do saber e do nosso fazer artístico e cultural, a inviabilização de nossa estética, a desvalorização das produções intelectuais do povo afrodescendente, a negação da capacidade do Povo não branco em produzir saberes
- Democratização da gestão da política de cultura no estado do Piauí;
- Mapeamento dos artistas e grupos culturais para valorizar potencial e diversidade de expressões em todo o Estado;
- Identificação das expressões culturais locais, garantindo autonomia na relação com o Estado;
- Destinação de recursos para fortalecer a pasta da cultura, com plano de ação denominado “Arte em Toda Parte”, onde teremos um mês específico para ações de promoção da cultura no Estado, com diversos festivais;
- Apoio técnico e incentivo para o fomento da cultura através de incentivos fiscais à empresas que apoiarem as iniciativas culturais no Estado, desde que essas não estejam em desacordo com as normas e exigências éticas e políticas de funcionamento, condizentes com o respeito aos trabalhadores e à não degradação ao meio ambiente;
- Apoio técnico e incentivo para orientar artistas locais a participarem dos editais nacionais de cultura, captando recursos para o desenvolvimento de ações nas diversas áreas e expressões culturais;
- Reestruturação do Sistema Estadual de Cultura do Piauí;
- Constituição do Sistema Estadual de Esporte e Lazer do Piauí;
- Incentivo a ações consorciadas para a construção de equipamentos de esportes e lazer em territórios que possam servir a grupos de municípios do Estado.

2.8 TRABALHO, EMPREGO, GERAÇÃO DE PRODUÇÃO E RENDA

Nos últimos anos a situação do trabalho no país e no estado do Piauí vem se agravando, com o aumento do desemprego e do subemprego, com a ampliação da exploração da mão de obra e a degradação da vida. A aprovação da EC 55 e das reformas da previdência e trabalhista imprimem peso a esse contexto de agravamento.

O Piauí lida historicamente com a situação de baixos investimentos públicos na produção de trabalho produtivo e de renda; com a situação de pandemia e pós pandemia essa situação se agravou ainda mais.

Dados da PNAD Contínua, referente ao ano de 2021 indicam que 56,9% dos(as) trabalhadores(as) estavam na informalidade; esse patamar fala de um recorde histórico no tocante a taxa de desocupação no Estado; a taxa de informalidade representou nessa ano o quarto índice mais alto do país, cuja média foi de 40,6%. Esse índice indica a proporção de trabalhadores(as) do setor privado sem carteira de trabalho assinada, trabalhadores(as) domésticos(as) sem registro em carteira, empregadores(as) sem registro no CNPJ, e trabalhadores(as) familiares auxiliares; todos na relação com o total de pessoas ocupadas. A pesquisa também indicou que a mão de obra no Piauí é subutilizada, ou seja, há pessoas com potencial para trabalhar, mas não são absorvidas no mercado de trabalho, ou trabalham um número de horas inferior ao que poderiam ocupar.

Esse cenário agrava a condição de vida da população do Piauí, produzindo o aumento da pobreza e da marginalidade em relação aos direitos; adultos(as) com mais de 40 anos e jovens estão cada vez mais entrando em situação de desalento, pois apesar de estarem avançando nos estudos e na qualificação profissional não conseguem oportunidade para inserção. Mulheres, pessoas LGBTQIA+, negros(as) e indígenas são os grupos mais afetados com o desemprego e falta de oportunidades de renda. O desalento subiu em 1,6% no segundo trimestre de 2021 quando mais de 4 mil piauienses deixaram de procurar emprego acreditando que não encontrariam uma vaga. Em comparação com o mesmo período de 2020, o aumento no número de desalentados no Estado foi de 31,1%, ou seja, 56 mil pessoas a mais nesta condição em relação ao ano anterior. Ao final do segundo trimestre de 2021, de acordo com a PNAD, o Piauí possuía um total de 235 mil pessoas desalentadas.

O PSOL acredita que a saída para a crise do trabalho e do emprego passa por um conjunto de medidas para curto, médio e longo prazo, com suporte financeiro, técnico e operacional do Estado na geração de oportunidades, articuladas formação técnica e profissional.

NOSSOS COMPROMISSOS:

- A criação de frentes de trabalho nas macrorregiões do Estado nos municípios centralizadoras. Pensando no desenvolvimento das obras de infraestrutura para fazer avançar a logística e circulação de mercadorias, aumentando a oferta de trabalho e movimentando a economia local;
- Fortalecimento e fomento da agricultura familiar com planejamento e disponibilidade de técnicos agrícolas e veterinários para oferecer o apoio necessário para o desenvolvimento da produção e comercialização dos produtos dos hortifrutigranjeiros, dos caprinos, dos suínos e das demais atividades ligadas à agricultura familiar;
- Avançar no potencial turístico do Estado, explorando as possibilidades da construção de uma cadeia produtiva de turismo, fortalecendo o orgulho e história do estado e suas especificidades locais do Litoral ao Sertão;
- Desburocratizar e incentivar os pequenos empreendimentos por parte das licenças e incentivos fiscais para o fortalecimento do comércio local;
- Promover políticas de acesso ao crédito, fomentando também o processo de formação para a gestão;
- Incentivo às iniciativas de economia criativa, voltado especificamente para a juventude utilizar seu potencial criativo e incentivar uma dinâmica de geração de emprego e renda para a juventude;
- Incentivo às cooperativas de artesanato baseado na cultura extrativista, desenvolvendo o intercâmbio de insumos locais para a formação de uma cadeia produtiva autosustentável com matérias primas local.

2.9 ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Partido Socialismo e Liberdade – PSOL entende a assistência social como direito e não como caridade, filantropia, benevolência do governante bonzinho. Em território nacional, foram necessários esforços e lutas históricas para que esse direito estivesse garantido na carta magna de 1988.

Revisando nossa história, constatamos que nosso país desde o processo de colonização pelos portugueses, sofreu com o fenômeno da desigualdade social, que nos primórdios era amparada pelas instituições de caridade da Igreja Católica. Ficava a cabo da Igreja à assistência aos marginalizados, aos pobres. O poder público, junto com as instituições religiosas, praticava o famoso clientelismo e assistencialismo. A culpa pela pobreza era transferida ao indivíduo que não queria trabalhar, em vez de ser entendida como um fenômeno proveniente de um sistema que provocava desigualdades. Até o início do século XVIII, prevaleceu-se no Brasil, a assistência pela esmola.

Nos governos de Vargas e processo de industrialização do país, o Estado começa a ter suas primeiras intervenções em diversas áreas, viabilizando assim condições para a entrada do capitalismo em território nacional. Com isso, houve uma maior intervenção e ação do Estado na área social. É nesse período que Getúlio Vargas cria o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; consolidação das Leis do Trabalho (CLT); o Conselho Nacional de Serviço Social. Também podemos ver os primeiros rabiscos de uma política de assistência social, muito restrita àqueles(as) indivíduos que não podiam garantir sua sobrevivência, o governo da época criou a Legião Brasileira de Assistência (LBA), uma instituição que pregava o voluntariado e um paradigma de assistência baseado na meritocracia e na caridade.

O que Getúlio Vargas fez foi administrar instituições filantrópicas, propiciar uma regulamentação das instituições privadas voltadas para o tratamento da pobreza, mas sem nenhum compromisso real com esse problema e sem conceber à assistência social como um direito.

Na época da Ditadura Militar (1964 – 1985), os governos queriam a todo custo acentuar o crescimento econômico e legitimar o regime que era altamente opressor. Para que houvesse a legitimação do proposto, foram criados benefícios assistenciais e programas nacionais no setor social, com a institucionalização da assistência social no âmbito federal. Apesar dos avanços, as ações no regime militar eram pontuais, focalizadas, e centradas na zona urbana das grandes capitais.

Foi graças a pressão popular que nosso país passou por um processo de redemocratização, com a força da união coletiva, dos sindicatos, dos movimentos sociais, que conseguimos pôr fim à uma época tão sombria da nossa história. A Constituição Federal de 1988 é um documento gestado graças a luta dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. É nela que a assistência social é reconhecida como política pública universalizada, fazendo parte do tripé da Seguridade Social, juntamente com a política de Saúde e Previdência Social, bem como a proteção social passou a ser dever do Estado e direito dos cidadãos.

O que anteriormente era visto como um problema individual, do pobre, passou a ser visto como um problema coletivo que tem que ser combatido pelo poder público.

OSob a justificativa de regulamentar o direito social à assistência social, outra batalha foi enfrentada para a criação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), em 1993, que garante uma gestão e controle da assistência social de forma descentralizada e participativa. Observa-se que é a partir dos anos de 1990 que políticas são implementadas com o intuito de minimizar o fosso da desigualdade social no Brasil. Outra vitória foi em 2003, com a implantação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social. Apesar dos esforços da classe trabalhadora, a política de assistência social nos últimos tempos, vem sofrendo abalos devido às políticas neoliberais.

O Brasil não chegou a colocar em prática a política de Bem-Estar Social adiada na Europa, contudo chegou a criar o sistema de seguridade social na Constituição de 1988, que logo em seguida foi reformado. Nas últimas eleições, se elevou ao poder representantes da extrema direita, tanto em nível federal, estadual, como municipal que tem em suas agendas políticas o objetivo de enfraquecer a proteção social, realizar profundas reformas que atacam frontalmente os direitos da classe trabalhadora.

O PSOL compreende que um dos desafios a serem enfrentados na assistência social é aperfeiçoar a estruturação da gestão democrática e participativa do SUAS no Estado, avançando no sentido da proteção especialmente dos setores excluídos e oprimidos.

É necessário organizar a estrutura administrativa do Estado para que se torne possível articular as políticas, superando a fragmentação e a centralização das decisões. Dotar unidades administrativas que se ocupem de políticas específicas como as políticas para mulheres, negros e negras, LGBTQIA+, quilombolas, indígenas, povos do campo, pessoas com deficiências, crianças e adolescentes e outras, com recursos financeiros e condições operacionais para manejar as especificidades, ao mesmo tempo investindo na intersetorialidade.

Os programas sociais são importantes diante de situações emergenciais, contudo, a política de assistência não pode se resumir a projetos e programas, precisa contar com ações duradouras e estruturantes da ação do Estado a médio e longo prazo.

NOSSOS COMPROMISSOS:

- Realização de concurso público para a ocupação de vagas na SASC, evitando a terceirização e o apadrinhamento;
- Valorização do(a) servidor(a) público da assistência social, assegurando-lhe melhores condições de trabalho e um salário digno;
- Fortalecimento e implementação, por meio da Secretaria de Assistência Social, de um Programa Permanente da Assistência Social, que garanta a integração das duas redes de proteção, a Proteção Básica e a Proteção Especial (Média e Alta Complexidade);
- Implementação da modalidade volante da assistência social visando alcançar o conjunto dos municípios do Estado com ações orientação e proteção;
- Desenvolvimento de trabalho articulado e em rede com as outras secretarias do Estado visando a intersetorialidade das políticas;
- Garantia de suporte para que haja a prevalência do município na condução da política pública de assistência social no Estado;

- Investimento na capacitação permanente dos funcionários diretos e indiretos;
- Fortalecimento do Conselho Estadual de Assistência Social, lhe garantindo autonomia, escolhas de representantes que realmente provenham do povo e não representantes amigos e cabos eleitorais;
- Trabalho em conjunto com o governo federal para a erradicação do trabalho infantil, intensificando ações e campanhas do PETI – Programa de Enfrentamento a Situação de Trabalho Infantil;
- Contribuir com o fortalecimento das políticas municipais de assistência à população de rua, adaptando-a às reais necessidades e particularidades da população em cada território

2.10 DIREITOS HUMANOS

A política de direitos humanos no Estado do Piauí é inexistente! E pouco que houve/há peca por ausência de atuação e de concepção. A política sempre foi vinculada ao serviço social. Um equívoco, considerando que direitos humanos não se confundem com assistência social, embora tenha relação. Direitos humanos é a condição de ser membro da comunidade política, de ser pertencente à sociedade e, por ser pertencente, ter direito a ter direitos. Ter direito de denunciar a violação ao seu direito, de participar nas decisões políticas e de demandar políticas sociais, técnicas, educacionais e socioambientais para a sua inclusão digna na vida em sociedade

Ter direitos humanos como vinculado à assistência social geralmente tematiza a condição de empobrecido que demanda política social, portanto inclui apenas o aspecto de atendimento social, em muitos casos de viés assistencialista e se desvincula da questão da igualdade política e, conseqüentemente, da sua condição de membro político que participa e constrói a vida social.

O resultado da não política de direitos humanos tem sido a configuração de um estado como o maior violador dos direitos humanos por meio da sua política de segurança que elege seletivamente cidadãos e cidadãs como inimigos ao cometerem atos ilícitos; por meio da sua política desenvolvimentista que viola os direitos das populações locais em nome do grande capital; por meio da sua política de cultura e educacional que promove educação e cultura violadora dos direitos humanos; e por meio de todas as suas instituições que, ao atender a população pobre, negra e da periferia, trata-os/as como não pertencentes à sociedade e ao estado brasileiro.

A política de direitos humanos do PSOL compromete-se com a dignidade das pessoas como princípio norteador de toda a atuação do Estado e da sociedade, cabendo criar um órgão específico de direitos humanos que atue interinstitucionalmente com orçamento, pessoal qualificado e infraestrutura que possibilite a sua atuação em todo o estado.

NOSSOS COMPROMISSOS:

- Realização de diagnósticos para identificar as violações de direitos humanos provocados pelo Estado e adotar política de reparação;
- Elaboração de planos de direitos humanos produzidos em conjunto com os movimentos sociais que atuem contra o seletivismo penal, a violação de direitos de povos tradicionais, quilombolas e população local e pela valorização da vida das pessoas negras, pobres e periféricas;
- Realização de campanhas permanentes de valorização de direitos humanos;

- Realização do controle de programas policiais que violam direitos humanos por meio de termos de ajustamento de condutas conforme os direitos humanos;
- Realização de programas de educação e cultura de valorização dos direitos;
- Criação da política de incentivo fiscal para os valorizadores dos direitos humanos

2.11 SEGURANÇA PÚBLICA

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública o Piauí em 2021 teve:

741 Homicídios Dolosos (22.53 por 100.000 habitantes)

37 Feminicídios (1.12 por 100.000 habitantes)

41 Roubos seguidos de mortes (1.2 por 100.000 habitantes)

5 Lesões corporais seguidas de morte (0.06 por 100.000 habitantes)

34 Mortes decorrentes de intervenção policial (1.3 por 100.000 habitantes)

Os homicídios são fenômenos sociais decorrentes de conflitos entre gangues e facções e as dinâmicas do tráfico de drogas; violência patrimonial; violência interpessoal; violência doméstica; ausência do Estado em determinados territórios urbanos; conflitos decorrentes de intervenção de agentes do Estado; proliferação de facções e organizações criminosas e conflitos pelo domínio do tráfico de drogas, roubo de cargas, transporte de valores e instalações e os sistemas de fraudes bancárias e lavagem de dinheiro

A forma como compreendemos a política de segurança visa uma ação integrada que vai muito além do policiamento, mas como parte de uma dinâmica que muda a própria característica da secretaria de segurança pública. Pensamos que a segurança pública deve ser trabalhada como uma Secretaria de Desenvolvimento Social, ampliando o leque de possibilidades para trazer mais segurança para o Estado.

Não podemos confundir segurança com o aumento do número de policiais, mas que seja criada uma rede dinâmica que envolva a sociedade no processo de prevenção e proteção com garantia de direitos e uma oferta de serviços e oportunidades.

O PSOL defende uma ação integrada possibilitando a criação de cursos, espaços de lazer, ações culturais e cursos profissionalizantes, dando ocupação e opções de cultura, diversão e profissionalização nas comunidades. Ações de integração polícia/comunidade com uma política que vise a humanização do(a) policial, baseado no respeito aos direitos humanos e desenvolvendo um sentimento de pertencimento da comunidade. Investimento na área de inteligência, fazendo o mapeamento dos locais de maior incidência de crimes contra a vida e intensificando o trabalho de prevenção.

NOSSOS COMPROMISSOS:

- Investir na valorização do profissional da segurança pública, através de um plano de cargos e salários mais justos e que garantam a isonomia nos processos de promoção dos profissionais, no fornecimento de equipamentos, modernos e adequados ao serviço, que garantam mais segurança e proteção ao profissional durante a execução de seu trabalho.

- Investir no policiamento ostensivo das fronteiras estaduais para coibir o Tráfico de drogas e armas.
- Investir em reformas e melhorias dos presídios estaduais e programas sociais para pessoas em situação de cárcere, para que o Estado garanta o papel ressocializador desses espaços e possibilite à pessoa em situação de cárcere um retorno a sociedade sem práticas delituosas.
- Investir na formação continuada em direitos humanos, práticas antirracistas, direitos da população LGBTQIA+, atendimento a mulheres vítimas de violência, atendimento a pessoas em situação de rua e outros grupos vulneráveis e policiamento comunitário para todos os agentes de segurança.
- Investir na expansão das Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, bem como de todos os mecanismos de proteção às mulheres para todas as regiões do estado garantindo assim o acesso as vítimas de violência de gênero que buscam a proteção do Estado. Elaboração de um plano estadual integrado participativo de segurança pública, junto aos movimentos sociais e entidades da sociedade civil que contemple questões transversais como educação, juventude, esporte e lazer, tendo como foco as políticas voltadas para crianças e adolescentes, levando em conta as questões de gênero, raça e diversidade sexual.
- Mapeamento das áreas de maiores índices de violência e vulnerabilidade social para planejamento participativo junto a essas comunidades visando a construção de políticas públicas, execução de obras e implementação de serviços públicos.
- Investimento no aparelhamento e inteligência, das forças de Segurança Estadual, para enfraquecer grupos criminosos através de investigações, que subsidiem a prisão, dos chefes e articuladores dos grupos criminosos em nossa região.
- Investimento em concursos públicos para as polícias, Militar e Civil, aumentando o policiamento ostensivo e investigativo, orientados por valores humanistas, para coibir roubos e furtos;
- Controle de Armas: não precisamos da expansão do poder letal do Estado. É necessário investir em ações não-letais e não violentas de controle e redução dos conflitos sociais.
- Recuperação, revitalização e fortalecimento dos espaços públicos e de convivência comunitária, com opções para a comunidade local através de parcerias com entes públicos.
- Fortalecimento da rede socioassistencial: dialogar com outros setores de gestão para integrar ações de prevenção à violência, Secretarias da Educação, Diversidade, Humana, Saúde, Cultura, Esporte e Lazer para o planejamento de intervenções e aplicação de políticas públicas em áreas de vulnerabilidade social, como periferias e comunidades com carência de direitos básicos.
- Valorização dos profissionais da segurança pública, especialmente em relação às questões salariais, direitos trabalhistas devidos e melhores condições de trabalho para os servidores desses órgãos. Defendemos que o paradigma da segurança está fundamentado na promoção e proteção da vida e da dignidade, é necessário que o próprio profissional de segurança também se identifique como trabalhador/a e tenha seus direitos humanos garantidos. Na lógica da guerra, não avançaremos em nada.

2.12 COMUNICAÇÃO

O cenário de extrema concentração dos meios de comunicação do Brasil demonstra-se uma barreira para a consolidação da democracia. Ao invés de caminharmos para a concretização do direito humano à comunicação como apontam os organismos internacionais, caminhamos para a crescente exclusão do direito de dizer a palavra da maior parte da população, tirando-nos cada vez mais as possibilidades de agir sobre a vida, mesmo em condições de explosão da comunicação digital.

A mídia tradicional é comandada por conglomerados empresariais que ditam a economia e a política; de acordo com a pesquisa Monitoramento da Propriedade da Mídia, a mídia brasileira é controlada por apenas 11 famílias; apenas seis grupos controlam 70% da mídia nacional. Além da concentração, esses grupos operam oligopólios com a propriedade cruzada de emissoras de rádio e TV, revistas, jornais e portais noticiosos. Além disso, os conglomerados não concentram apenas os meios de comunicação, mas também as verbas publicitárias pagos pelo governo, o que interfere decisivamente na qualidade da comunicação social e oficial.

No Piauí a situação não é diferente. A concentração nos meios de comunicação é acentuada. Segundo Donos da Mídia, no Estado atuam somente 3 grupos de comunicação: o Sistema Clube de Comunicação, o Grupo Tajra e o Sistema Integrado Meio Norte. Ressalte-se que o grupo Tajra destacado pelo Donos da Mídia, na verdade, dividem-se em dois, que apesar de controlados por pessoas da mesma família, têm redes diferentes, sendo elas Cidade Verde e TV Antena 10. Ainda segundo o mesmo estudo, o Estado totaliza 10 redes de TV atuando, sendo 3 redes de grupos religiosos. No total, são 139 o número de veículos que produzem comunicação no estado (apud, SANTOS, 2015).

De outro lado a comunicação pública do estado segue enfraquecida com constantes reclames dos trabalhadores da área, fazendo manifestações e protestos pelo atraso nos salários. A TV e Rádio Antares é o único esboço de comunicação pública do Estado que poderia servir à coletividade, mas não cumpre sua real função, dentre vários motivos, porque seu uso não é democratizado a todos os piauienses, bem como sua estrutura não atende à real demanda e não segue a modernização das tecnologias da informação e comunicação. De outro lado, a TV Assembleia (Estatal), poderia inserir em sua programação a participação da sociedade, já que a o direito à comunicação não está apenas em receber informação, mas também em produzir e gerir tais processos.

A comunicação é uma das condições para participação digna na sociedade. Ao contrário disso, os meios de comunicação regionais atingem frontalmente os direitos humanos. Basta observar os programas policiais locais, cuja a criminalização da pobreza, do povo negro e da juventude segue escrutinando qualquer possibilidade de cidadania do nosso povo. Além disso, o padrão machista e lgtbtfóbico reina nos meios de comunicação locais e regionais. Outro fator que nos distancia da democratização da sociedade é que as comunicações não ofertam as informações necessárias a nos posicionarmos diante da realidade. O que sabemos sobre o processo de desmatamento dos nossos cerrados, cuja a mola da destruição é o modelo de desenvolvimento que privilegia o agronegócio? O que sabemos das comunidades tradicionais atingidas pelas usinas eólicas? O que os meios de comunicação dizem sobre o extermínio de nossas mulheres e do povo negro que sirva para chegar na raiz do problema social? Ao contrário, os meios de comunicação do Piauí seguem o processo de colonização do saber e do poder, onde o silenciamento da população é trocada pelo espetáculo.

NOSSOS COMPROMISSOS:

- Democratização dos meios de comunicação locais e regionais;
- Construção de um plano de comunicação social participativo para o estado do Piauí;
- Criação de conselhos de usuários a população possa fiscalizar os meios de comunicação e criar formas de coibir as violações de direitos humanos;

- Ampliação do financiamento para melhoria de estrutura e pessoal das TV's e rádios públicas;
- Realização da Conferência Estadual de comunicação realizada, a cada dois anos;
- Apoio aos meios de comunicação comunitários, tornando-os complementar aos meios de comunicação pública. Promover o controle social dos meios de comunicação, evitando o monopólio de corporações e denominações religiosas, preservando o caráter público, democrático e laico;
- Valorização das rádios comunitárias no Estado, contemplando-as na estratégia de comunicação oficial;
- Distribuição equitativa das verbas publicitárias entre os meios de comunicação públicos e comunitários;
- Realização de concursos públicos para os meios de comunicação públicos e comunitários;
- Criação de programas e canais comunitários na TV e no Rádio;
- Promoção da complementaridade dos sistemas públicos, privado, estatal e comunitário.



EIXO 3 - EDUCAÇÃO LIBERTADORA E AFIRMAÇÃO DO LEGADO DE PAULO FREIRE

Neste eixo apresentamos nossos compromissos com a educação, tendo como ponto de partida a realidade dramática vivenciada pelas famílias e estudantes que dependem da escola pública para ter atendido o seu direito à educação, considerando os elevados índices de analfabetismo, o baixo atendimento no ensino médio e os entraves para o atendimento nas diversas modalidades (EJA, Educação do Campo, Educação Quilombola, Educação Indígena e Educação Especial).

Destacamos nosso compromisso com o ensino presencial de qualidade e com a gestão pública, feita pela administração pública, barrando o avanço da iniciativa privada na educação, devido à transferência de responsabilidades realizada sistematicamente pelo atual governo.

Defendemos e valorizamos a Universidade Estadual do Piauí (UESPI), com autonomia financeira e administrativa, orçamento adequado, repasses dos valores previstos e processos participativos para definição de prioridades. Compromisso de mesmo tipo se estende à Fundação de Amparo a Pesquisa (FAPEPI), para que avance na promoção de suporte ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia a serviços das grandes questões que atravessam a realidade do Estado.

3.1 EDUCAÇÃO BÁSICA

TA educação tem sido alvo de sistemáticos ataques, basta verificar os indicadores sociais relacionados ao atendimento, para verificar a secundarização da lógica do direito, dando lugar à lógica da mercadorização. Três dimensões indissociáveis são centrais nesse processo, a da oferta, da qualidade e do financiamento.

No tocante a oferta, verificamos os avanços importantes no sentido da universalização dos anos iniciais do Ensino Fundamental, porém em relação aos anos finais e Ensino Médio, bem como nas modalidades de Educação de Jovens e Adultos, Educação do Campo, Educação Quilombola, Educação Indígena e Educação Especial os problemas que afetam a oferta, no tocante a quantidade e a qualidade se toram cada vez mais complexos. A única modalidade que avança sem empecilhos é a Educação a Distância.

De acordo com informações da Secretaria de Educação do Estado do Piauí (SEDUC), o governo conta com a universalização do Ensino Médio por mediação tecnológica nos 224 municípios, com o apoio de 900 polos de Educação a Distância.

Em relação a qualidade há muitas questões a serem enfrentadas, especialmente diante das mudanças decorrentes da Reforma do Ensino Médio (Lei 13.415/ 2017) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A Reforma do Ensino Médio foi aprovada de modo autoritário e aligeirado e na prática os seus objetivos contrariam o que é dito no discurso oficial para justificá-la. A formação passa a ser orientada por 4 áreas do conhecimento: Matemática e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Além disso, altera a carga-horária, para que tenha no mínimo 1.800 horas/aula desses componentes, os quais sendo compostos por disciplinas da BNCC e mais 1.200 horas dedicadas a conteúdos da formação técnica e profissional.

Nessa mudança provoca um esvaziamento na formação básica, secularizando e, na realidade, excluindo determinados conteúdos, como os de áreas como História, Geografia, Sociologia, Filosofia e outras; ao mesmo tempo em que privilegia conteúdos de português, matemática, marketing, empreendedorismo e inglês. Determina também a inclusão no currículo dos itinerários formativos, em uma das 4 áreas acima mencionadas, acrescidas da formação técnico-profissionalizante, sendo que esta pode ser, inclusive ofertada por instituições privadas de ensino.

educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada, ou seja, uma educação libertadora para nosso povo.

Essa aparente liberdade de escolher esconde o interesse em limitar a formação na escola pública, reduzindo custo com contratação de professores, posto que a carga-horária do Ensino Médio; sem falar que diante da realidade da maior parte dos sistemas de educação é possível afirmar que em grande parte das escolas não será possível fazer uma oferta diversa de itinerários formativos.

Assim, tem-se no horizonte uma precarização cada vez maior da educação ofertada na escola pública, com isso ampliando o fosso entre ricos e pobres, considerando que as escolas privadas consideradas onde se encontram os filhos do setor economicamente privilegiado continuará praticando um currículo amplo, aberto e flexível. A Reforma do Ensino Médio impulsionou a aprovação da BNCC, tanto na educação básica, como no ensino superior.

A terceira dimensão é a do financiamento, que fica ainda mais limitado com a Lei eleitoreira do governo Bolsonaro que estipulou um limite ao ICMS, que implica diretamente na formação dos recursos que compõem o FUNDEF, fundo que assegura a maior parte dos recursos da Educação Básica.

Além dos problemas estruturais falta decisão administrativa para promover uma política educacional referenciada na participação democrática e na qualidade social que perpassa os grandes problemas do Brasil e do Piauí. Como a pandemia esses problemas foram ainda mais agravados.

Os(as) profissionais da educação vivem muito intensamente a crise da educação. O Sindicato dos Trabalhadores da Educação no Piauí (SINTE-PI) realizou uma greve de 127 dias reivindicando do governo o cumprimento da lei do Piso dos profissionais do Magistério, fixado pelo governo federal em 33,24% para o ano de 2022 e reposição das perdas acumuladas no período de 2019 a 2022. O governo do Piauí negou-se sistematicamente a negociar com a categoria e, ainda acionou o Poder Judiciário à decretar a ilegalidade da greve com aplicação de multa ao Sindicato, sem falar na utilização de práticas intimidatórias, assediosas e de criminalização ao movimento.

De acordo com registros contidos no Plano de Lutas produzidos pela Conferência Popular de Educação do Estado do Piauí/2022, no ano de 2020, o Piauí contava com 6.704 escolas, sendo 11,6% estaduais e 80,5% municipais. 2.723 (40,6%) estavam localizadas no meio urbano e 3.981 (59,4%) no meio rural. No mesmo ano 32,5% das escolas estavam paralisadas e 2,1% haviam sido extintas, somente no ano de 2020. 80% das escolas não contavam com biblioteca. A situação é igualmente grave quando observamos outras necessidades, como os espaços e meios pedagógicos: 23,8% não possuía laboratório de informática e 60,1% não contava com internet no ano de 2020.

Observa-se também o avanço do setor empresarial na gestão da educação, o SINTE-PI denuncia que ao invés de o governo do Estado recorrer às Instituições de Ensino Superior públicas do Estado para contribuírem na formação continuada dos professores da educação básica do Estado, contrata instituições como a Fundação Unibanco e a Fundação Getúlio Vargas.

O Piauí conta com elevados índices de analfabetismos clássico e funcional. Dados de 2019 da PNAD Contínua indicavam que o Piauí contava com a segunda maior taxa de analfabetismo do Brasil no grupo de 15 anos ou mais de idade; 42,7% dos idosos piauienses eram considerados não-alfabetizados. Com recursos do Programa Pro-Piauí o governo do Estado inaugurou um Programa de Alfabetização de jovens e Adultos (PROAJA) que vem passando por serias críticas e denúncias, chegando ao ponto de o Ministério Público Federal obter da Justiça Federal a suspensão da execução financeira do Programa; na estrutura do Programa o governo privilegiou o envolvimento de empresas privadas, muitas delas contando com suporte de parlamentares e políticos candidatos nas eleições 2022, afastando-se da experiência histórica de envolvimento da sociedade civil organizadas e dos movimentos sociais no processo de alfabetização de jovens e adultos, a partir do método da Educação Popular.

O PSOL compreende que a educação do Estado do Piauí deve ter como referência a qualidade social proposta por Paulo Freire, ancorada em valores democráticos, participativos, valorização dos (as) profissionais, gestão pública e financiamento adequado. Neste sentido a principal referência adota para promoção da educação no estado serão as metas e estratégias do Plano Estadual de Educação, elaborado com a participação da sociedade e, principalmente dos setores que compõem a educação no Piauí.

NOSSOS COMPROMISSOS:

- Ampliação do volume de recursos próprios do Estado na educação;
- Abertura de ampla discussão com a sociedade sobre a reforma do ensino médio e os desafios e ampliar e qualificar a formação no Piauí;
- Discussão e implementação de uma política própria de avaliação, incluindo as diversas dimensões da formação escolar, incluindo a gestão democrática, baseada nos princípios da educação laica e libertadora;
- Realização de um esforço concentrado para superar o analfabetismo no Piauí, com a participação da sociedade e utilização de método que valores as experiências históricas de mobilização contra o analfabetismo;
- Melhoria permanente da infra-estrutura básica das escolas;
- Elevação dos níveis de atendimento escola do ensino médio do Piauí, assegurando matrícula para todas(as), de preferência nos próprios territórios;
- Investimento na formação continuada dos(as) trabalhadores(as) em Educação e no provimento de condições adequadas de trabalho e de salário;
- Atendimento ao que determina a Lei do Piso Nacional do magistério
- Adoção de medidas de incentivo aos municípios para que não haja fechamento de escolas do campo e quilombolas;
- Adoção de medidas de incentivo aos municípios para que não haja fechamento de escolas do campo e quilombolas;

- Auditoria dos contratos do transporte escolar e com empresas prestadoras de serviços educacionais no Estado;
- Intensificação da luta contra a implementação de escolas militares, e de outras estratégicas que no interior das escolas, como o Pelotão escolar, Cidadão Mirim promovem a doutrina militar no processo de formação e a desvalorizando da profissão docente.
- Intensificação da luta contra a EaD na formação inicial e como uma alternativa de oferta aos setores populares;
- Intensificação da luta contra o avanço da iniciativa privada na gestão da política educacional no Piauí e envolvimento das IES públicas do Estado;
- Aperfeiçoar mecanismos de gestão democrática descentralizada da educação, incluindo a eleição de gestores, em discussão com a comunidade escolar e a sociedade.

3.2 EDUCAÇÃO SUPERIOR E DEFESA DA UESPI

15A Educação Superior no estado do Piauí tem na Universidade Estadual do Piauí (UESPI) a sua principal instituição. A UESPI é a única IES do estado em funcionamento em todos os territórios, garantindo a formação superior do povo piauiense em várias áreas de conhecimento e contribuindo com o desenvolvimento das condições de existência dignas do povo e dos seus territórios, através do ensino, da pesquisa e da extensão. Entretanto, em 32 anos de funcionamento, a UESPI tem sido progressivamente sucateada e tornada refém das políticas neoliberais do governo do Estado.

A Universidade não conta com professores efetivos em quantidade suficiente para realizar as atividades que são próprias da dinâmica acadêmica; ao invés disso o governo privilegia a contratação de professores temporários com baixos salários, carga-horária excessiva e sem direito a direitos previstos no Plano de Cargos Carreira e Salário da categoria docente da uespi. No dia 18 de abril de 2022 as aulas e outras atividades acadêmicas foram retomadas presencialmente sem as devidas condições sanitárias e de infraestrutura; quadro somado à existência de aproximadamente 500 disciplinas sem professores/as, alto índice de evasão estudantil e diversas tensões no tocante à organização curricular e pedagógica dos cursos, visando adequação à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), adoção de mecanismos para ampliar a carga horária de Educação a Distância nas disciplinas ao patamar de 40%, sem nenhuma discussão com as instâncias de base.

A universidade é cada vez mais dirigida à condição de uma instituição para a oferta de cursos a distância. De acordo com informações divulgadas pela própria uespi, em 2021 existiam 183 polos da Universidade Aberta do Piauí (UAPI), em 183 cidades piauienses, em parcerias envolvendo a Secretaria de Estado da Educação (Seduc), a UESPI e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (Fapepi) objetivando a democratização e interiorização da oferta de ensino superior público em todo o Piauí por meio da educação a distância. Pasmem! Oferecendo um único curso, o de Bacharelado em Administração.

Os prédios estão deteriorados, e os orçamentos não são suficientes para a realização de reformas e de aplicação, inclusive para prover as condições exigidas nas normas sanitárias devido à pandemia do coronavírus. Destaca-se a carência de laboratórios, núcleos de prática docente, restaurantes universitários, residências estudantis, creches e outros equipamentos que compõe a polícia nacional de assistência estudantil. O campus central da Universidade, situado bairro Pirajá, em Teresina, se encontra a quase 10 anos sem funcionamento da biblioteca, isto em uma situação em que no campus há a oferta do curso de biblioteconomia.

Os recursos aprovados nas leis orçamentárias, além de serem insuficientes, não são repassados integralmente, como se pode verificar no quadro abaixo

DESPESA, PREVISTA E EXECUTADA ANUALMENTE NA UESPI

ANO	DESPESA TOTAL - dotação atualizada (R\$)	VARIAÇÃO DA DESPESA TOTAL (previsto) (%)	DESPESA PAGA (R\$)	DIFERENÇA DESPESA TOTAL DOTADA E DESPESA PAGA (%)
2019	234.097.397	-13,6	190.553.257	81,4
2018	265.863.219	12,3	182.272.161	68,2
2017	233.072.480	3,9	176.858.483	75,9
2016	223.849.798	17,2	169.960.675	75,9
2015	185.275.386	14,2	157.223.710	84,8
2014	158.995.934	14,7	134.412.282	84,5
2013	135.605.396	8,6	114.672.337	84,6
2012	123.945.389	14,9	96.563.388	77,9
2011	105.428.869	13,7	83.243.332	78,9
2010	90.944.893		75.438.944	82,9

Fonte: (Medeiros e Andrade, 2020, baseado em dados do Balanço Geral do Estado)

A carência de infraestrutura e de recursos para impulsionar a pesquisa e a extensão reflete diretamente na qualidade da formação que vem sendo assegurada em um patamar ainda satisfatório graças ao compromisso do corpo docente, discente e técnico-administrativo que, por diversas maneiras, inclusive em permanente mobilização defendem e constroem a Universidade. De acordo com o Sindicato dos Docentes (Adcesp), a categoria se encontra há 07 anos sem reajuste, acumulando perdas de 55,93%.

O PSOL compreende que avançar na superação dos graves problemas que afetam a UESPI requer a implementação de sua autonomia financeira e administrativa, que torne possível definir internamente as prioridades e contar com a destinação de recursos financeiros compatíveis com essas prioridades, gestados diretamente pela administração superior da IES.

Ao invés do fortalecimento da autonomia universitária o que se percebe é o avanço de ações que transferem responsabilidades e favorecem a sua privatização, a exemplo da criação de uma fundação, dita de apoio, voltada a captar de recursos privados para a Universidade, acumulando poderes que conflitam com a identidade e função da Universidade.

A presença da UESPI em todos os territórios do Piauí garante o acesso ao Ensino Superior público e gratuito às classes trabalhadoras nos interiores e na capital. Em cada um dos seus 12 campi em funcionamento, a UESPI presta serviços à população tanto nas cidades-pólo como nas cidades circunvizinhas através do ensino, pesquisa e extensão e, também, da assistência estudantil. Neste sentido, a UESPI é uma instituição estratégica para o desenvolvimento humano, social, econômico e tecnológico do Estado do Piauí. Tal importância estratégica, entretanto, só se efetiva na prática na medida em que sua qualidade seja assegurada.

NOSSOS COMPROMISSOS:

- Cumprimento do Artigo 224 da Constituição do Estado do Piauí, inciso II, que garante o repasse de cinco por cento da receita proveniente de impostos para a UESPI, com garantia de repasse do duodécimo;
- Cumprimento do Artigo 228 da Constituição do Estado do Piauí que garante a AUTONOMIA administrativa e financeira da UESPI;
- Realização de Concurso Público para professores efetivos garantindo o pleno funcionamento dos cursos de graduação dos 12 campi;
- Contratação de professores temporários apenas em casos de afastamento de professores efetivos;
- Equiparação salarial dos professores substitutos e efetivos, garantindo a isonomia;
- Construção, reforma e ampliação dos campi em funcionamento garantindo infraestrutura adequada para os cursos de graduação e para os estudantes, com residências universitárias, creches e restaurantes universitários em todos os campi.
- Elaboração de sistema próprio de avaliação dos cursos à distância, que deem suporte à decisões relacionadas à oferta;
- Tomar como diretriz de governo acadêmico a oferta de cursos à distância somente como processo de aperfeiçoamento, evitando a realização dos mesmos na formação inicial
- Incentivo à abertura de programas de pós-graduação *scriptu sensu* na capital e demais municípios;
- -Elaboração de um plano de obras para a UESPI, com ações para curto, médio e longo prazo.
- Implantação de um programa estadual de assistência estudantil;
- Providências para a construção de residências estudantis, restaurantes universitários e ampliação dos laboratórios;
- Auditoria imediata das contratações via terceirizações e regularização realização de concursos para pessoal de apoio na UESPI.

3.3 CIÊNCIA E TECNOLOGIA E DEFESA DA FAPEPI

A produção da ciência e da tecnologia é um legado da humanidade e dela deve estar a serviço, contribuindo para assegurar vida com saúde, bem estar e acesso à outros direitos. Contudo, no contexto da sociedade capitalista, marcada por grandes desigualdades e exclusões econômicas, sociais, culturais e territoriais, a ciência e a tecnologia estão concentradas à serviço de poucos(as).

Mas por que a ciência e a tecnologia não é posta a serviço de todos(as) se é a nação brasileira que paga pelo seu alto custo? Por vários motivos, um desses diz respeito ao modo predominante de produção do conhecimento nas instituições de ensino e, destacadamente nas universidades que, na lógica neoliberal, privatizante, baseada no produtivismo, cada vez mais é levada a apostar na produção individualizada, para ofertar ao mercado pacotes tecnológicos maximizadores de lucros de grandes empresas; tudo isso com o apoio do Estado, quando desregulamenta as carreiras docente e retira cada vez mais a autonomia das instituições e quando prioriza a formação técnica em detrimento da científica e tecnológica. Nessa perspectiva, o trabalho é tido como uma mera atividade de mercado, sem valor educativo e apartado do exercício da cidadania

A formação realizada nesses moldes se volta para assegurar as chamadas competências, que pode ser traduzida em uma construção psicologizada que leva os estudantes e famílias a pensarem que a colocação no mercado ocorre quando as pessoas são competitivas, empreendedoras e abertas a novas oportunidades. Como o Estado cada vez mais se retira da responsabilidade de fazer o controle e a regulação das relações de trabalho, essa responsabilidade vai sendo aos poucos assumida pelos excluídos do mundo do trabalho e pela Universidade, em meio a um discurso que se não há o acesso ao emprego e à ascensão social é porque ou as pessoas não estão qualificadas ou são incompetentes. Com esse nível de exigência, as relações de solidariedade e trabalho coletivo na produção da formação e do conhecimento perdem força, e a Universidade, sob o argumento de que não pode perder tempo, passa a atuar ao sabor das oportunidades do mercado, alinhando a essas a sua oferta de cursos e de vagas, sempre no intuito de formar rapidamente a mão de obra e liberá-la ao mercado. Assim, assistimos às consequências do alijramento da formação e o atrelamento da Universidade às políticas eleitoreiras dos governos em troca de financiamento de campanhas. Além de concederem incentivos fiscais, instalam campus e pólos onde estão os empreendimentos, sem nenhuma consulta à comunidade acadêmica. Outra consequência é a retirada da base científica dos currículos para torná-los cada vez mais técnicos e operacionais, inclusive na pós-graduação, com os mestrados e promessas de doutorados profissionalizantes. Um reforço nesse sentido são os cursos à distância: são menos custosos, porque praticamente não contam com professores e outros agentes educativos das carreiras escolares e desprovidos da pesquisa e da extensão

Neste sentido, vale destacar que o Poder Público é agente central no processo e na promoção da ciência e tecnologia, posto que no Brasil e na América Latina as universidades públicas concentram praticamente toda a pesquisa existente. Porém os investimentos são muito baixos. Segundo o presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí - FAPEPI, o governo brasileiro nos últimos quinze anos investiu somente cerca de 1% do PIB [Produto Interno Bruto] em ciência, tecnologia e inovação. No ano de 2017 esse percentual caiu para 0,1%

Junto ao baixo investimento no ensino superior, há a prioridade na maximização dos lucros do mercado, enquanto aquele poderia ser uma das grandes urgências de interesse comum e público, na resolução de problemas relacionados a convivência com a seca no nordeste e no Piauí, para a preservação dos ecossistemas, alternativas de transporte e mobilidade, alimentação, uso racional da água, superação do analfabetismo, prevenção de mortes por epidemias e tantas outras.

Há também o reforço à modernização conservadora das exclusões. No caso do Piauí foi criado em 2014 o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), como uma unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que tem sede nacional no Rio de Janeiro. A estrutura física do CETEM no Piauí está no Campus Poeta Torquato Neto da UESPI (diga-se de passagem, na UESPI não há cursos de mineração, geologia ou similares). Esse laboratório foi instalado enquanto vários cursos existentes, há mais de 20 anos reivindicam laboratórios, sem serem atendidos. À época o então Secretário de Mineração, Petróleo e Energias Renováveis do Piauí afirmou que “todos nós sabemos do potencial do Piauí na área da mineração e este Centro vai proporcionar condições necessárias para pesquisar esse potencial, buscando novas formas de aproveitamento do minério, identificando novas tecnologias no processo de exploração e colocando o Piauí no cenário de desenvolvimento tecnológico mineral”. Essas decisões são igualmente tomadas sem discussão da comunidade acadêmica.

O desenvolvimento da ciência e da tecnologia exigem processos de iniciação ainda na graduação. O problema do baixo financiamento da pesquisa como atividade cotidiana das universidades e institutos especializados, vem contribuindo sobremaneira para a alteração das identidades dessas instituições, nas quais, segundo a Constituição do País, deve haver a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A falta de financiamento adequado vem provocando, dentre outros problemas, segundo o ANDES (2013, p. 36), a “desativação de laboratórios, a desintegração de grupos de pesquisa, a ausência de uma política de apoio aos grupos emergentes, a evasão de cientistas para o exterior, o aumento da indução de aposentadorias de pesquisadores em plena atividade”.

O ANDES (2013) denuncia que nas últimas décadas, o binômio Ciência e Tecnologia (C&T) foi transformado em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Como se inovação não fosse sempre decorrência do desenvolvimento cultural, científico e tecnológico, afirma também que essa mudança não foi inocente: a chamada inovação foi elevada à condição de objetivo central da pesquisa científica. Ressalta que essa distorção não só é utilitarista (o que já seria um forte argumento para questioná-la), mas é também o veículo por meio do qual se pretende subalternizar a universidade ao capital (o eufemismo usual é “setor produtivo”). Neste cenário a pesquisa passa a ter seu valor medido pela adaptação ao mercado, às necessidades do capital. O resultado é uma pesquisa cada vez mais fragmentada, desqualificada – que nem mesmo os índices produtivistas conseguem ocultar – e descompromissada com as condições sociais e econômicas a que está submetida a maioria da população brasileira.

Neste sentido foi aprovada a Lei de Inovação Tecnológica (Lei nº 10.973, de 2/12/2004), acompanhada do Decreto nº 5.563, de 11/10/2005, que a regulamenta. Trata-se de um avanço decisivo na direção da flexibilização das relações entre os pesquisadores, as instituições públicas de pesquisa e as empresas privadas. Possibilita que as empresas privadas criem fundos de investimentos para projetos tecnológicos e, para atrair os pesquisadores, oferecem condições para que estes se licenciem de suas instituições para abrirem empresa de base tecnológica nos termos nela definidos. “O docente de universidade pública pode afastar-se de suas funções acadêmicas para constituir sua empresa de base tecnológica e utilizar as instalações e laboratórios existentes na universidade em que trabalha, sem que esta tenha qualquer participação nos projetos e programas por ele desenvolvidos.” (ANDES, 2013, p. 35)

Em 2016 foi dado mais um passo nessa reestruturação, com aprovação da Lei nº 13.243/2016, que altera a Lei de 2004. Enquanto a lei anterior permitia convênios apenas com empresas nacionais, a nova lei autoriza com empresas estrangeiras. A nova lei também autoriza o estado nas três esferas a ceder imóveis, sem necessidade de contrapartida financeira, assim como a atuar efetivamente na criação dos chamados parques tecnológicos e de incubadoras. Permite também que os professores de universidades recebam rendimentos pela prestação de serviço. Essa autorização também foi estendida aos estudantes – detalhe: a maior parte desses professores tem regime de Dedicação Exclusiva (DE) nas universidades. Os Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT) das universidades agora também podem pertencer a entidades sem fins lucrativos independentes das instituições científicas e tecnológicas.

A Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPEPI) é o órgão, no Piauí, responsável pelo fomento à pesquisa. Foi criado em 1993. Seu presidente afirmou que em 2017 os investimentos feitos pela Fundação não chegavam a 0,2% da Receita Corrente Líquida do Estado”. Segundo a Constituição do Estado do Piauí, em seu artigo 235 “O Estado destinará o mínimo de 1% (um por cento) de sua receita orçamentária ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, contudo esses recursos nunca foram repassados na integralidade.

NOSSOS COMPROMISSOS:

- Vinculação dos projetos de ciência e tecnologia aos interesses da sociedade, à proteção à natureza e da vida da população mais pobre, com financiamento público;
- Discussão sobre a agenda de pesquisa e prioridades nos órgãos colegiados das universidades;
- Estimulo à criação de banco de projetos acadêmicos, tendo em vista a captação de recursos do fomento à pesquisa;
- Prioridade ao financiamento de projetos coletivos de pesquisa, bem como de pesquisas interinstitucionais;
- Realização de debate amplo sobre o marco legal da ciência e da tecnologia e a incidência na universidade e nos propósitos de produção do conhecimento crítico, livre e socialmente referenciado;
- Assegurar a capitalização do Fundo de Fomento à Pesquisa da FAPEPI e o devido controle social;
- Discussão do orçamento da FAPEPI em processos abertos e participativos;
- Realização dos Congressos do Conhecimento, colocando em diálogo o conhecimento científico e o conhecimento popular.



EIXO 4 - SAÚDE PARA O BEM VIVER E A DEFESA DO SUS

Compreendemos que o Brasil tem vivenciado uma conjuntura de fortalecimento da agenda ultraneoliberal e neofascista. Assistimos o fortalecimento de ideologias e movimentos neofascistas em um regime democrático deteriorado e em crise. Este processo foi impactando de forma direta nos avanços historicamente conquistados pelos movimentos feminista e LGBTQIA+ no âmbito das políticas de saúde das mulheres, da política de saúde da população LGBTQIA+ e dos direitos sexuais e reprodutivos.

A pandemia agravou as desigualdades sociais existentes aprofundando a crise social, política, econômica ambiental e sanitária – crise orgânica - com implicações nas condições de vida e saúde da população principalmente os grupos de maior vulnerabilidade social como mulheres, negros, quilombolas, indígenas, população LGBTQIA+, trabalhadores de saúde, educação e cultura. Intensificou-se neste processo financeirização, a dominância financeira e as privatizações no SUS integrado com o desfinanciamento das políticas sociais através da Ementa Constitucional 95 de 15 de dezembro de 2016 (EC 95/2016).

Considerando essa conjuntura, os princípios orientadores do programa de saúde do PSOL Piauí pelo Bem Viver das Eleições de 2022 são: a construção de uma sociedade socialista, o bem viver, a reforma sanitária brasileira (RSB), a reforma psiquiátrica brasileira (RPB), a defesa da democracia, o fortalecimento da participação popular em saúde e a compreensão da saúde orientada pela determinação social da saúde, a defesa da interseccionalidade de gênero, raça/etnia, classe e território. Estes princípios buscam superar as desigualdades em suas dimensões estruturais e superestruturais de organização das políticas de saúde no âmbito da sociedade capitalista, na perspectiva da construção de uma sociedade socialista.

NOSSOS COMPROMISSOS:

REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA, DEMOCRACIA E A DEFESA DO SUS

- Defesa da Reforma Sanitária Brasileira e do SUS;
- Luta contra o neofascismo e defender de forma intransigentemente a democracia
- Luta contra a expansão do setor privado no campo da saúde, isso é, contra a financeirização, dominância financeira e os processos de privatização no setor
- Luta pela revogação das contrarreformas e retrocessos nas políticas sociais especialmente a Emenda Constitucional 95/2016.

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

- Construção do modelo de gestão da Secretaria Estadual de Saúde de Piauí (SESAPI) orientada pelos pressupostos da gestão estratégica e participativa;
- Desenvolvimento na SESAPI um planejamento estratégico e participativo com universidade, gestão, trabalhadores de saúde, comunidade e movimentos sociais;
- Construção de estratégias da gestão estadual de saúde com enfoque participativo de forma periódica, inserido universidade, gestão, trabalhadores de saúde, comunidade e movimentos sociais como atores sociais.

- Organização de um novo organograma na SESAPI, considerando o processo de gestão participativa e o planejamento estratégico em saúde;
- Fortalecimento do processo de regionalização do SESAPI através das Comissões Intergestoras Regionais (CIR) – instâncias colegiadas entre estado e municípios, ampliando a gestão e atenção à saúde de forma regionalizada;
- Atuação contra o processo de privatização de sistemas e serviços de saúde no estado em andamento.

POLÍTICA ESTADUAL DE ATENÇÃO BÁSICA EM SAÚDE

- Fortalecimento da Política Estadual de Atenção Básica em Saúde;
- Ampliação em 100% a cobertura da ABS de forma regionalizada;
- Desenvolvimento de apoio institucional aos municípios na perspectiva de construção da ABS Ampliada;
- Fortalecimento e ampliação dos Núcleos de Apoio a Estratégia de Saúde da Família;
- Construção de estratégias de avaliação e monitoramento da Atenção Básica em Saúde;
- Desenvolvimento de dispositivos de educação permanente em saúde para o campo da ABS.

REFORMA PSIQUIÁTRICA, SAÚDE MENTAL E ANTIPROIBICIONISMO

- Defesa da Reforma Psiquiátrica Brasileira, Saúde Mental e da Atenção Psicossocial;
- Organização da Política Estadual de Saúde Mental orientada pelos pressupostos da RPB e da LA;
- Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) orientado pelos pressupostos da RPB;
- Construção de um programa estadual de desinstitucionalização voltada para moradores de hospitais psiquiátricos;
- Fortalecimento da RAPS com os seguintes dispositivos: ampliação das equipes de saúde mental na atenção básica em saúde, organização de centros de atenção psicossocial 24 horas com manejo de crise, acolhimento noturno, criação de serviços de urgência psiquiátrica, organização de residências terapêuticas, criação de serviços de desintoxicação, criação de centros de convivência, criação de consultório de rua orientado pela abordagem de redução de danos, ampliação dos leitos psiquiátricos em hospitais gerais, fortalecimento dos dispositivos de educação permanente em saúde orientados para a reforma psiquiátrica e para a luta antimanicomial, com a criação de uma escola de redução de danos e fortalecimento da participação popular e controle social dos movimentos que militam no campo da RPB;
- Organização de equipes de saúde mental na ABS;
- Construção de uma política estadual de atenção integral à saúde mental de crianças e adolescentes;
- Construção de uma política estadual de álcool e outras drogas orientada pelo cuidado em liberdade e pela redução de danos;
- Desenvolvimento de dispositivos de educação permanente em saúde orientados para Reforma Psiquiátrica, Saúde Mental e Atenção Psicossocial;
- Fortalecimento do diálogo entre clínica e saúde coletiva considerando os marcadores sociais da diferença de gênero, raça/etnia, classe, território;

- Regulamentação das estratégias de redução de danos e a criação de uma escola de redução de danos;
- Regulamentação do uso da Cannabis medicinal.

ATENÇÃO ESPECIALIZADA E REGIONALIZAÇÃO

- Fortalecimento do processo de regionalização em saúde e a organização político administrativas das regiões de saúde;
- Promoção do processo de regionalização dos municípios das microrregiões de saúde do Piauí, pois entendemos que a organização do estado deve ser orientada de forma regionalizada, fazendo o poder executivo estadual ocupar o protagonismo, fortalecendo as regiões de saúde;
- Organização do processo de regionalização articulando a atenção básica em saúde integrada com atenção especializada;
- Fortalecimento do funcionamento da atenção básica em saúde do ponto de vista organizativo, assistencial e financeiro construindo dispositivos de integração com a atenção especializada;
- Ampliação da atenção à saúde para regiões de saúde com maior vulnerabilidade social;
- Garantia do Serviço Pré-Hospitalar (pronto-atendimento) 24h para as cidades com mais de 30.000 habitantes;
- Regionalização da atenção especializada em microrregiões de assistência às urgências e emergências;
- Que os municípios com mais de 30.000 habitantes contem com estrutura de pronto-atendimento, dando resolutividade ao caso, podendo reconduzir o paciente à atenção primária ou transferi-lo para os centros com hospitais, caso necessário. A interligação dos serviços assistenciais dar-se-á pelo SAMU, que deverá cobrir 100% do território piauiense, em consonância com a central de regulação;
- Organização e ampliação a estrutura especializada regionalizada;
- Elencar a cidade com maior aparato logístico de saúde de cada microrregião, em pactuação com os municípios, com ampla discussão entre os atores envolvidos e o devido controle social.

POLÍTICA ESTADUAL DE GESTÃO DO TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SAÚDE

- Fortalecimento de uma Política de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde;
- Criação da Mesa de Negociação do SUS com o objetivo de atuar na desprecarização das condições de trabalho no campo da saúde;
- Organização de um Plano de Cargos, Carreiras e Salários para o SUS;
- Organização de concursos públicos para todas as áreas do Sistema Estadual de Saúde;
- Construção de processos de educação permanente em saúde, articulando universidade, serviços de saúde e comunidade, sendo orientados pela educação crítica, contextualizada e significativa;
- Interiorização da educação permanente em saúde através de dispositivos de gestão participativa a partir das necessidades de saúde dos territórios
- Desenvolvimento de fortalecimento da organização de política estadual e políticas municipais de educação permanente em saúde;
- Desenvolvimento do apoio institucional no desenvolvimento de políticas de educação permanente de saúde em contextos regionais;

- Fortalecimento e indução da criação de Escolas de Saúde Pública de base municipais;
- Fortalecimento dos dispositivos de mudança da formação em saúde (graduação), tendo o movimento estudantil e os movimentos sociais como sujeitos desse processo através de estágio de vivência no SUS e outras experiências;
- Fortalecimento e ampliação das experiências de educação em saúde, como as Residências Integradas em Saúde: Residência Multiprofissional e Residência Médica, conectadas aos serviços de saúde e necessidades de saúde da população interiorizadas;
- Desenvolvimento de processo de educação permanente em saúde, atuando de forma compartilhada com movimentos sociais no campo da saúde;
- Desenvolvimento do diálogo entre educação, serviços de saúde e comunidade no campo da educação superior, da educação profissional e do saber popular;
- Fortalecimento da área de ciência e tecnologia orientada para o Sistema Único de Saúde;
- Construção de espaços de gestão participativa e compartilhada entre gestão, universidade, trabalhadores e movimentos sociais no âmbito da gestão da educação permanente em saúde considerando todos os atores como protagonistas do processo através de colegiados de gestão como comissões intergestoras regionais (CIR), conselhos estaduais e municipais de saúde entre outros dispositivos.

POLÍTICA ESTADUAL DE PRÁTICAS INTEGRATIVAS E COMPLEMENTARES DE SAÚDE

- Fortalecimento da participação popular institucionalizada e não institucionalizada através dos movimentos sociais no campo da saúde, conselhos de saúde e conferências de saúde;
- Fortalecimento da participação popular no campo da saúde com financiamento para movimentos sociais no campo da saúde;
- Fortalecimento dos conselhos de saúde: conselho estadual de saúde, conselhos regionais de saúde e conselhos locais de saúde;
- Fortalecimento das conferências de saúde com espaços de formulação, monitoramento e avaliação da política estadual de saúde;
- Fortalecimento do controle social através dos conselhos e conferências de saúde no estado;
- Fortalecimento da organização, a participação política e a formulação dos movimentos sociais no campo da saúde entre eles: movimento sem-teto, movimento sem-terra, movimento negro, movimento feminista, movimento LGBTQIA+, movimento do povo de rua, movimento de pessoas com deficiência entre outros;

POLÍTICA ESTADUAL DE SAÚDE DA POPULAÇÃO LGBTQIA+

- Organização de uma Política Estadual de Saúde da População LGBTQIA+ universal, interseccionalidade e transversal ao SUS;
- Ampliação dos direitos sexuais e reprodutivos historicamente conquistados pela comunidade LGBTQIA+ no âmbito de um Estado e livre de interferência religiosa de setores neoconservadores;
- Compreensão sobre a determinação social da saúde e da interseccionalidade no processo de análise da situação da saúde da população LGBTQIA+;
- Defesa do Sistema Único de Saúde considerando a interseccionalidade de gênero, classe, raça/etnia, território, organização de uma rede de atenção transversal ao SUS com acolhimento integral e humanizado a comunidade LGBTQIA+.

- Fortalecimento do acesso universal à rede de atenção à saúde de pessoas com sistema genital feminino (homens trans) com respeito a diversidade de gênero, fortalecer o acesso universal à saúde de pessoas com sistema genital masculino (mulheres trans e travestir) com respeito a diversidade de gênero;
- Fortalecimento do acolhimento universal a população LGBTQIA+ na atenção básica em saúde, ampliar o acolhimento a população LGBTQIA+ na atenção especializada;
- Fortalecimento e ampliação do programa estadual de processo transexualizador (PrTr) no SUS com acolhimento universal, integral e humanizado à população transexual, acolhimento na atenção básica e especializada. Na atenção especializada, incluir equipe multidisciplinar com o componente ambulatorial e hospitalar. Dessa forma, propor o fortalecimento e ampliação de ambulatório do processo transsexualizador, centros de cirurgia de ressignificação sexual, hormonioterapia e outros serviços de forma regionalizada e interiorizada;
- Desenvolvimento de estratégias de cuidado integral para a população transgênera, travestis considerando a importância da atenção especializada integral na atenção básica em saúde e centros integrados de saúde como: clínicos gerais, endocrinologistas, ginecologistas, urologistas, psicólogos, terapeutas ocupacionais, fisioterapeutas, geriatras entre outras áreas de forma interiorizada e regionalizada;
- Desenvolvimento de uma atenção à saúde mental da comunidade LGBTQIA+ na atenção básica e na atenção especializada;
- Fortalecimento da participação popular da comunidade LGBTQIA+ em conselhos e conferências de saúde,
- Desenvolvimento de dispositivos de educação permanente em saúde orientados para saúde da população LGBTQIA+;
- Desenvolvimento de estratégias de avaliação e monitoramento de saúde da população LGBTQIA+;
- Desenvolvimento de articulação da política estadual de saúde LGBTQIA+ com outras políticas como: a política estadual de atenção básica, a política de saúde mental, a política de saúde das mulheres, a política de saúde da população negra e quilombola, a vigilância em saúde, a participação popular e controle social, entre outras;
- Fomento às pesquisas, levantamento e análise de indicadores de dados da população LGBTQIA+ na área de ciência e tecnologia e no âmbito do sistema de informação do SUS.

SAÚDE DAS MULHERES

- Superação da compreensão essencialista e biologista de sexo e gênero na atenção à saúde das mulheres;
- Orientação dos programas de Saúde das Mulheres deve tanto para as mulheres brancas, quanto para as mulheres negras, as mulheres quilombolas, as mulheres do campo, as mulheres das florestas, as mulheres indígenas, as mulheres privadas de liberdade, as mulheres com deficiência, as mulheres de rua, as mulheres trabalhadoras sexuais, as mulheres lésbicas, as mulheres transgêneras, travestis, os homens transgêneros, as pessoas com sistema genital feminino e todas as demais de forma integral;
- Ampliação do acesso à atenção a saúde das mulheres em todas as redes de atenção à saúde, ou seja, na atenção básica e especializada, articuladas com outras políticas sociais;
- Considerar as estruturas do patriarcado, as diversas configurações de desigualdade de gênero e violência de gênero na atenção à saúde das mulheres;

- Compromisso com a atenção a saúde das mulheres, superando a heterossexualidade compulsória e a maternidade compulsória, na qual o planejamento familiar trabalhe com múltiplas configurações de família;
- Fortalecimento da atenção a saúde das mulheres com o objetivo de melhorar os indicadores de saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil;
- Fortalecimento da atenção à saúde dos problemas comuns de saúde das mulheres;
- Ampliação da atenção à saúde das mulheres no pré-natal, parto e puerpério na atenção básica e especializada;
- Desenvolvimento do fortalecimento da saúde das mulheres na atenção básica e na atenção especializada considerando a interseccionalidade e integralidade do cuidado;
- Ampliação da atenção à saúde das mulheres deve atuar de forma intersectorial e interseccional;
- Ampliação da atenção à saúde das mulheres negras atravessando a atenção básica e atenção especializada;
- Ampliação da atenção à saúde das mulheres indígena atravessando a atenção básica e atenção especializada;
- Ampliação da atenção à saúde das mulheres lésbicas, bissexuais e pessoas transgêneras e travestis atravessando a atenção básica e atenção especializada;
- Ampliação da atenção à saúde das mulheres e homens transgêneros atravessando a atenção básica e atenção especializada;
- Fortalecimento do cuidado de saúde das mulheres no sistema prisional;
- Desenvolvimento da atenção a saúde das mulheres trabalhadoras do campo e da cidade;
- Desenvolvimento de estratégias de atenção à saúde de crianças e adolescentes;
- Fortalecimento de estratégias de diminuição da mortalidade materna;
- Desenvolvimento do programa estadual de humanização do parto e do nascimento incluindo parteiras tradicionais, doulas e outros atores;
- Garantia de acolhimento e atenção à saúde no âmbito dos casos de aborto legal de forma humanizada e integral;
- Desenvolvimento da atenção à saúde em casos de aborto inseguro na atenção hospitalar;
- Atuação na descriminalização do aborto no Brasil;
- Desenvolvimento no fortalecimento da participação política das mulheres no processo de formulação das políticas de saúde no Brasil através de conselhos e conferências;
- Fortalecimento da participação política do movimento feministas, do movimento negro e do movimento LGBTQIA+ na formulação de políticas de saúde e na sociedade;
- Desenvolvimento de dispositivos de educação permanente em saúde para o campo da saúde das mulheres com ênfase nas teorias de gênero, sexualidade, violência de gênero, educação sexual nas escolas e demais temas;
- Desenvolvimento de estratégias de educação em saúde com ênfase nas teorias de gênero, sexualidade, aborto, violência de gênero, direitos sexuais e reprodutivos na comunidade escolar desenvolvido de forma multiprofissional;
- Desenvolvimento de diagnósticos epidemiológicos participativos com universidade, trabalhadores de saúde, movimentos sociais de saúde e comunidade com o objetivo de construir análise da situação de saúde participativa no âmbito da saúde das mulheres;
- Desenvolvimento de articulação entre as políticas para as mulheres e o campo da segurança pública;
- Fortalecimento das Conferências de Políticas para Mulheres e de Políticas de Saúde para as Mulheres;
- Orientação da formulação das políticas de saúde a partir dos relatórios das Conferências de Saúde e das Conferências de Políticas para Mulheres.



EIXO 5 - AFIRMAÇÃO DAS VIDAS QUE CONSTROEM O PIAUÍ

A maioria das políticas e legislações vigentes dentro do mundo capitalista, colocam comportamentos heteronormativos, machistas e opressores da cultura patriarcal como único e verdadeiro em suas construções, que em grande parte das vezes, excluem e discriminam sujeitos que não estão padronizados dentro desses modelos. Nosso programa de governo defende que as vidas que compõem e constroem nosso estado devem ter seus direitos garantidos de forma ampla para Crianças na infância e adolescência, juventudes, comunidade LGBTQIAP+, idosas e idosos, mulheres, quilombolas, indígenas e pessoas com deficiência.

5.1 CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A infância e a adolescência caracterizada como as primeiras fases de desenvolvimento e aprendizagem é necessário um bom e saudável desenvolvimento desses sujeitos construído a partir das diversas relações familiares e demais meios coletivos que permeiam a vida social. Culturalmente há uma dificuldade social em entender a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, tanto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), quanto no art. 227 da Constituição Federal, diz que é dever da família, do Estado e da sociedade o cuidado com as crianças e adolescentes. Esses direitos apareceram tardiamente e que na prática responsabiliza excessivamente a família e desresponsabiliza o Estado, no tratamento de crianças e adolescentes em famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

5.2 JUVENTUDES

A juventude é definida como a faixa etária que abrange pessoas entre os 15 e os 24 anos de idade, no entanto, sabemos que a experiência de ser jovem pode variar, sendo um amplo setor e tem sido vanguarda nas lutas por educação, cultura, mobilidades, moradia, direitos das/dos trabalhadoras/res, na luta pelas garantias das liberdades democráticas. Essa vanguarda é marcada principalmente pelas múltiplas pautas que atravessam suas vidas. A luta por saúde, educação, transporte, moradia e principalmente emprego. Ao contrário da ordem vigente, uma política que possibilita futuros (no plural, pois os sonhos são muitos e diferentes) para a nossa juventude piauiense, passa precisamente pelo caminho oposto, onde o lugar de fala e de escuta são circulares. Existe uma ausência de políticas para a juventude voltadas para a inclusão social, emprego e renda, lazer, cultura, educação inclusiva e oportunidades.

5.3 LGBTQIA+

A opressão contra as lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais e Pansexuais é intensamente implementada pelo capitalismo, colonialista e pela modernidade, onde considera a família eurocentrada, mononuclear, heterossexual e monogâmica como uma unidade de produção e reprodução do capital. A “normalidade” heterossexual e cisgênera enquanto norma social e institucional permite a subalternização e constante marginalização e abandono de pessoas LGBTQIAP+. Existe o processo e apagamento dos status de desses/as cidadãos/ãs produzido e retroalimentado por um Estado negligente que não reconhece essa população com sujeitas e sujeitos de direitos. O conjunto de vulnerabilidades que afeta as pessoas não-heterossexuais e/ou não-cisgêneras impõe cruéis cenários. Essa vulnerabilidade intensifica quando racializadas: exclusão, aniquilamento e morte social através de violência física, simbólica e institucional, por conseguinte assassinato, suicídio, superexploração e hipersexualização de corpos com marcadores de gênero, raça e classe. Nesse sentido o pagamento pode gerar agravamentos de adoecimento mental que leva essa população suicidar-se. Desse modo, a ausência de políticas públicas para essa população historicamente marginalizada é um dos empecilhos para o acesso à direitos garantidos constitucionalmente como saúde, educação, empregabilidade habitação entres outros. É preciso que a Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC), tenha uma obtenção de dados concretos sobre a população LGBTQIAP+. Não há política educativa voltada para o combate ao adoecimento, marginalização e extermínio dessas corpos/corporalidades.

Diante disso, a criação de estereótipos, falta de visibilidade e sem representante, inacessibilidade em espaço físicos, falta de apoio psicológico, são considerados, alguns tipos de preconceitos vividos por pessoas com deficiência, muitas vezes esquecidos pela sociedade. Para pessoas com deficiência à invisibilidade, é uma característica marcante para quem vive nessa "minorias social". A diversidade de mulheres é algo complexo, no que diz respeito às variabilidades das mulheres. Ainda assim, estão sujeitas a ser mulheres com deficiências. “Se o direito ao trabalho não for respeitado, não haverá inclusão”, diz Izabel Maior. Não só o trabalho, mas na Educação, na Saúde, na Política, no meio em que vive, se não forem respeitadas, o capacitismo ainda se perpetuará.

5.4 IDOSOS E IDOSAS

A Política Nacional do Idoso (instituída pela lei federal 8.842), considera idosa/o toda pessoa com 60 anos ou mais. O atual modelo socioeconômico capitalista, vem ao longo das décadas, desvalorizando e isolando nossas idosas e idosos, visto que, ao passar dos anos, os idosos vão perdendo a capacidade de produzir capital financeiro. Nessa conjuntura, quando o trabalhador ou a trabalhadora chega à fase da terceira idade, é considerado “descartável”, “imprestável”, “improdutivo”. Temos que ter um compromisso especial com essa parcela da população, pois sabemos da importância do compartilhamento de experiências e conhecimentos dos mais velhos, nosso compromisso é priorizar a convivência harmoniosa e amorosa entre todas as gerações. Os avanços na legislação sozinhos não dão conta de efetivar os direitos da pessoa idosa. Precisamos de urgência na realização de atitudes concretas que possibilitem o bem viver e a construção da cidadania de nossos irmãos/aos mais velhas/os.

5.5 MULHERES

De acordo com o Censo de 2010, as mulheres representam mais da metade da população do Piauí, são também mais alfabetizadas que os homens e 47% dos domicílios estavam sob a administração das mesmas. Segundo o documento “Síntese do Diagnóstico Sobre Situação de Violência Contra Mulheres em Teresina” (capital do Piauí), publicado em 2018, 39% das mulheres estão fora do mercado do trabalho, enquanto 21% dos homens se encontram nessa situação; as mulheres de Teresina recebem 11,3% a menos de salário, que nas demais capitais do Nordeste e 32,5% a menos que nas demais capitais do Brasil. A diferença de rendimento médio entre homens e mulheres é de 15,5% a menos para as mulheres. Conhecendo os parâmetros internacionais de Saúde, bastaria citar algumas estatísticas relativas à Saúde da Mulher, a nível estadual, para que se possa constatar que há muito a melhorar. Quando o poder público ignora as necessidades de educação, saúde, segurança ou oferece assistência de qualidade insuficiente, contribui para o aumento das mortes maternas, dos estupros, da gravidez indesejada, das doenças ou ocorrências associadas à condição biológica da mulher.

NOSSOS COMPROMISSOS:

- Implementar serviço de acompanhamento psicossocial às crianças e adolescentes com vulnerabilidade social.
- Fortalecer e ampliar programas de saúde bucal atendendo as especificidades dos grupos.
- Garantir escola pública integral de qualidade, em local de fácil acesso em todos os municípios piauienses.
- Qualificar e valorizar funcionários públicos de acordo com as especificidades dos públicos.
- Estabelecer diálogos com IES para elaboração de programas e projetos voltados as especificidades dos públicos.
- Criar Casas Lares humanizadas para crianças e adolescentes desassistidas.
- Apoiar em regime de colaboração os Conselhos Tutelares.
- Implementar juntamente com os municípios uma “Rede Preventiva” para acompanhamento de famílias através do CRAS, proporcionando proximidade com as famílias

5.6 NEGROS, NEGRAS, E QUILOMBOLAS

Comunidades quilombolas são grupos com identidade cultural própria que se formaram por meio de um processo histórico que começou nos tempos da escravidão no Brasil e simbolizam resistência a diferentes formas de dominação. Segundo dados da Fundação Cultural Palmares e da Associação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí - CECOQ, no Piauí existem mais de 7.700 famílias remanescentes de quilombo, residindo em 122 comunidades, distribuídas por 46 municípios. Os direitos das comunidades quilombolas também foram reconhecidos e respaldados pela Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 7 de junho de 1989, sobre Povos Indígenas e Tribais, que trata de buscar a superação de práticas discriminatórias ao atribuir aos governos a responsabilidade de proteger os direitos destes povos, cujas condições socioculturais os distinguem de setores da coletividade nacional, e assegurar que estes participem das tomadas de decisões que impactam suas vidas.

5.7 PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A lei nº 13.146/2015 em seu artigo 2º, considera pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. Para uma pessoa com deficiência é muito difícil viver numa sociedade capacitista.

5.8 INDÍGENAS

O conceito de Indígena refere-se ao habitante originário do território em que habita, durante séculos os indígenas do Piauí foram dizimados ou visibilizados, tendo historicamente seus direitos negados. A partir da pressão dos povos indígenas, o Estado do Piauí reconheceu formalmente a presença desses grupos étnicos por meio da Lei 7.389/2020. Sem receber retorno de suas demandas, os povos indígenas acionaram o Ministério Público (2019), cobrando do estado políticas públicas para suas populações. O Piauí tem, atualmente, 27 comunidades indígenas, de 9 etnias/povos (Tabajara, Tabajara Ypy, Guajajara, Warao, Tapuio, Kariri, Gamela, Caboclo Gamela e Guegue), distribuídos em 10 municípios, totalizando 1.476 famílias, 4.510 pessoas/habitantes e ainda os Warao(Venezuelanos), que estão abrigados em locais diferentes no município de Teresina. (Dados da Apoime).

NOSSOS COMPROMISSOS:

- Implementar serviço de acompanhamento psicossocial às crianças e adolescentes com vulnerabilidade social.
- Fortalecimento e ampliação de programas de saúde bucal atendendo as especificidades dos grupos.
- Garantia da escola pública integral de qualidade, em local de fácil acesso em todos os municípios piauienses.
- Qualificação e valorização de funcionários públicos de acordo com as especificidades dos públicos.
- Estabelecimento de diálogos com IES para elaboração de programas e projetos voltados as especificidades dos públicos.
- Criação de Casas Lares humanizadas para crianças e adolescentes desassistidas.
- Apoio em regime de colaboração os Conselhos Tutelares.
- Ações juntamente com os municípios para composição de uma “Rede Preventiva” para acompanhamento de famílias através do CRAS, proporcionando proximidade com as famílias.

- Consolidação e ampliação do número de vagas para idosos atendidos pelo serviço de convivência e fortalecimento de vínculos dos Centro de referência de assistência social nos municípios em regime de colaboração com as políticas estaduais.
- Ampliação e construção de Instituições de Longa permanência (IUPIs), garantindo proteção integral a/ao idosa (o) que não pode viver com a família, em decorrência de negligência e maus tratos;
- Investimento nas delegacias da Terceira Idade e fortalecimento tecnologicamente os canais de denúncia de violência contra a pessoa idosa.
- Contratação e capacitação de profissionais de saúde em geriatria de forma que Secretaria Estadual de Saúde contrate para ter espaços em setores especializados para esse público.
- Garantia do fornecimento de órteses, próteses e materiais de auxílio (cadeiras de banho, muletas, ect) ao idosa (o), para idosos/os que assim necessitem.
- Criação e implantação de programas voltados para a saúde mental da mulher, interconectados com programas de segurança da mulher.
- Concepção e implantação de política de medicamentos gratuitos e subsidiados voltados para a saúde da mulher, que resulte em ações ágeis e responsáveis, que levem em conta a realidade e os riscos que envolvem o corte de recursos neste programa, cortes estes que deveriam envolver responsabilização dos agentes públicos.
- Estabelecimento e interconecção entre os programas de saúde da mulher e as condições de vida de cada uma das usuárias, de modo que os profissionais de saúde possam atuar, em conjunto com outros setores, na melhoria das condições sanitárias e alimentares em cada caso, o que estabelece uma aproximação com o que a Constituição Federal denomina como direito à saúde.
- Acolhimento das propostas da última Conferência Estadual de Saúde e das conferências municipais, relativas à saúde da mulher, bem como examinar as propostas das conferências zonais, que especificam carências e queixas localizadas.
- Fortalecimento de equipes multiprofissionais de acolhimento/orientação nos serviços de atendimento de urgência à mulheres vítimas de violência doméstica.
- Realização do georreferenciamento dos povos indígenas do Piauí, em relação a saúde visando o distanciamento entre as comunidades.
- Criação, junto com os municípios, ações em regime de colaboração na saúde para atendimento dos indígenas.
- Efetivação da CASAI garantindo o atendimento dos povos indígenas do Piauí.
- Investimento na saúde preventiva das comunidades indígenas.
- Parcerias e melhoria na destinação de recursos orçamentários para atendimento às políticas para pessoas com deficiências.
- Desenvolvimento de política de comunicação para divulgar, através de vídeos, entrevistas e outros meios midiáticos, as dificuldades e potencialidades de mulheres com deficiências, dando voz e vez a elas, através de políticas afirmativas.
- Garantia da escola estadual pública integral e de qualidade, em locais de fácil acesso em todos os municípios piauienses.
- Qualificação e valorização dos(as) funcionários públicos estatuais que trabalham com crianças e jovens.
- Diálogos com IES para elaboração de programas e projetos voltados para o público jovem e LGBTQIA+.
- Articulação de oportunidades de emprego formal e ou renda para a juventude, a partir de sua trajetória educacional.
- Promoção de ações efetivas de enfrentamento da LGBTfobia nos ambientes escolares.
- Promoção da alfabetização/escolarização da população idosa por meio da rede pública de ensino.
- Oferta de cursos de informática e oficinas de arte, dança e música para desenvolver as habilidades artísticas de idosas (os) atendidos em diálogo com as universidades e órgãos d e assistência social.

- Desenvolvimento de política de diálogos entre pais, mães e responsáveis junto com os Conselhos Escolares / Pais e Mestres, em interação com profissionais do SUS, noções sobre riscos de estupro, gravidez na adolescência, direitos reprodutivos e agravos resultantes da violência contra a mulher.
- Garantia de inclusão nos currículos e Projetos Políticos Pedagógicos escolares estudos e ações sobre mulher e sociedade.
- Fortalecimento do Núcleo de Educação escolar Quilombola da SEDUC, com a inclusão de representantes quilombola.
- Criação da categoria Escola Quilombola, dentro das comunidades, com a efetivação da política de educação escolar específica quilombola, obedecendo diretrizes curriculares, Projeto Político Pedagógico e tempo pedagógicos próprios e material didático específico.
- Promoção de concursos específicos para professores indígenas e quilombola.
- Garantia da implementação das leis 10.639/03 e 11.645/05 para as escolas não indígenas e quilombolas.
- Implementação da política de Educação Escolar Indígena e quilombola de acordo com a legislação vigente através do fortalecimento o Núcleo de Educação escolar Indígena e quilombola da SEDUC.
- Criação das categorias Escolas indígena e quilombola com a efetivação da política de educação escolar indígena e quilombola, específica, diferenciada, com diretrizes curriculares de educação escolar e tempo pedagógicos próprios, material didático e professoras/es específicos.
- Garantia de recursos para a execução de plano de atendimento a etnia Warao, localizados em Teresina.
- Implementação, juntamente com os municípios, de uma Rede Preventiva de acompanhamento de famílias através do CRAS, proporcionando proximidade com as famílias para tratar sobre os cuidados e educação dos filhos.
- Orientação das políticas de segurança pública afastando-a da lógica de policiamento ostensivo nas ruas para uma que permita nossa juventude respirar, consolidando o acesso a cultura, incentivando os jovens a ocupar as ruas como um espaço público e político para o exercício de direitos.
- Implementação do programa “Juventude para a vida” que (a partir de um prévio mapeamento) institucionalize políticas públicas que implemente cotas para os egressos de presídios e casas correcionais tanto em empregos formais, quanto de jovem aprendiz.
- Criação de espaços de cultura e lazer para os jovens, com bibliotecas, praças, pistas de skate, teatro e ginásios esportivos e promover suas utilizações.
- Orçamento efetivo para a promoção da Cidadania LGBT.
- Criação de equipamentos públicos de prevenção e enfrentamento à violência contra a população LGBT e promoção de direitos de cidadania.
- Articulação junto ao Poder Judiciário e Legislativo para aprovação de legislações afirmativas à população LGBT como o marco legal que criminaliza crimes de ódio com base na orientação sexual ou identidade de gênero.
- Provimento de condições para o cumprimento do que dispõe na ADI 4275 sobre o direito de retificação do nome de pessoas travestis e transexuais.
- Criação de unidade móvel que garanta assistência jurídica, social e psicológica à população LGBTQIAP+ e aos direitos humanos nas regiões e cidades de maior vulnerabilidade, visando o enfrentamento à transfobia e racismo.
- Condições de acolhimento para adolescentes, jovens idosos/os LGBT expulso/a/es de casa.
- Apoio à criação de cooperativas e empreendimentos de economia solidária para população LGBT, com prioridade na população Travestis e transexuais negras;

- Garantia de políticas sociais e implementação de programas voltados para a terceira idade.
- Implantação do Conselho Estadual dos Direitos dos Idosos para em diálogo com as instituições e em rede garantam a implementação das políticas sociais a garantir com qualidade as necessidades inerentes as idosas e idosos piauiense garantida assistência social, saúde, previdência, cultura, lazer na perspectiva da intersectorialidade.
- Garantia de forma transversa, através dos órgãos públicos ações para realizar campanhas de combate aos acidentes domésticos e quedas com idosos (os)
- Garantia a oferta de atenção domiciliar aos idosos (os) acamadas(os).
- Maior acesso a capacitação por parte dos profissionais envolvidos na assistência à mulher, de modo, inclusive, que possam estar preparados para atuar nos programas voltados para a prevenção da gravidez na adolescência e na orientação para a realização do aborto legal.
- Implantação do Plano de Cargos e Salários dos Profissionais de Saúde, com assistência técnica de profissionais de planejamento do estado e discussão com as entidades representativa dos servidores
- Política efetiva para evitar mortes maternas, colocando a assistência à gravidez, ao parto e pós-parto como prioridade absoluta, inclusive com busca ativa.
- Política de gestão territorial juntamente com as comunidades indígenas, implementando-as a partir de suas demandas
- Garantia da titulação de Terras das comunidades indígenas e sua permanência através de políticas específicas.
- Política de gestão territorial com as comunidades e FUNAI, com o objetivo de estabelecer parcerias.
- Medidas para assegurar a segurança nas comunidades indígenas assim como a garantia de permanência em seus territórios.
- Equipamentos e tecnologias agrícolas, assim como financiamento para a sustentação das comunidades em seus territórios.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Clarissa Flávia Santos; SOUSA, Alyne Maria Barbosa de. SENHORAS, Eloi, Martins (org). Concentração de terras e a política de reforma agrária no estado do Piauí. In.: Ciência política poder e Establishment 2. Ponta Grossa: Atenas, 2021.
- ANDRADE , Patrícia Soares de. VIANA, Masilene Rocha. Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense. Revista NERA. Presidente Prudente. ano 19 nº 30, p. 80-97.
- BEZERRA, Évilly Carine Dias; GOMES, Jaíra Maria Alcobaça. Clausterização dos municípios do Piauí com Planos Diretores. Rev. Econ. NE, Fortaleza, v. 51, n. 4, p. 101-120, out./dez., 2020.
- FAÇANHA, Antônio Cardoso. Desenvolvimento territorial recente em espaços sub-regionais dinâmicos no Piauí. Tese. Departamento de Ciências geográficas, Doutorado em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2019. (227p.)
- FERNANDES. Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: CLACSO e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP .
- FREITAS, Robson Almeida Borges de. Et all. Patentes e espaços geográficos: uma análise espacial do território piauiense. Research, Society and Development, v. 10, n. 9, e13310917949, 2021.
- PIAUI. Avaliação da governança fundiária no Piauí. (2013)

PIAUI



2022

